

ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA

A 1ª Guerra Mundial

A Defesa das Colónias Portuguesas

Esposende e a 1ª Grande Guerra

Rui Manuel da Costa Miranda
nº 31, 10ºB

Esposende, 10 de abril de 2016



Projeto realizado para a categoria "Nas Frentes de Batalha", Ensino Secundário, no âmbito do Concurso "Há Cem Anos" promovido pela Direção Geral da Educação.

Índice

<i>Apresentação</i>	4
1. Introdução – Porquê a guerra?	5
2. A participação de Portugal	7
<i>Porque não a neutralidade?</i>	7
3. A Guerra em Moçambique	10
<i>A primeira expedição a Moçambique</i>	11
<i>A segunda expedição a Moçambique</i>	13
<i>A terceira expedição a Moçambique</i>	15
<i>A quarta expedição a Moçambique</i>	18
4. A Guerra em Angola	21
<i>A primeira expedição a Angola</i>	22
<i>A segunda expedição a Angola</i>	28
5. Esposende e a 1ª Grande Guerra	32
<i>A declaração de guerra da Alemanha a Portugal</i>	32
<i>Personalidades de Esposende que se destacam na Grande Guerra</i>	33
<i>Prisioneiros da Guerra</i>	37
<i>Poesia em tempo de guerra</i>	38
6. O fim da Guerra	40
<i>A derrota dos Impérios Centrais</i>	40
<i>O novo mapa político da Europa</i>	40
<i>Os efeitos da Guerra</i>	41
<i>Conclusão</i>	42
<i>Bibliografia</i>	43

Apresentação

Este trabalho, desenvolvido segundo o tema “A 1ª Guerra Mundial – A Defesa das Colónias Africanas, Esposende na 1ª Grande Guerra” para o concurso “Há Cem Anos” apresentará, de uma forma coerente e atrativa, diversos factos sobre participação do nosso país na salvaguarda de duas das suas antigas colónias africanas num dos maiores conflitos a que o mundo alguma vez assistiu.

Através de uma coletânea de informação presente em variadas fontes, que vão desde locais da internet até livros da história da Europa, passando por poemas e relatos históricos sobre o pequeno concelho de Esposende, este trabalho constitui uma rica fonte de informação sobre algumas partes do passado recente da história do mundo que foram menosprezadas e acabaram por quase serem esquecidas.

Numa breve introdução, serão abordados os fatores que levaram ao início da Primeira Grande Guerra. Mais à frente, serão apresentadas as razões pelas quais Portugal optou por entrar no primeiro conflito à escala global em vez de manter a neutralidade, e de que forma o nosso país protegeu o seu domínio no território africano, nomeadamente nas colónias de Angola e Moçambique. Será dado a conhecer o passado recente da minha região, Esposende: a forma como a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 1916, se relaciona com o nosso concelho, os homens esposendenses que pela sua coragem e determinação em defesa da pátria se destacaram no conflito na Europa, Angola e Moçambique, e aqueles que foram feitos prisioneiros de guerra, e como a 1ª Guerra Mundial inspirou um dos mais conceituados poetas da língua portuguesa, António Corrêa de Oliveira, que viveu grande parte da sua vida em Belinho, Esposende, e que em belos registos da sua obra “Soldado que vais à Guerra – Novas Redondilhas de António Corrêa d’Oliveira” relata, de um modo simples porém profundo, a ansiedade e a dor dos que partiram e dos que por cá ficaram.

Todo o conhecimento construído na pesquisa e elaboração deste projeto permitiu-me compreender, de uma forma mais pormenorizada, a história do meu país e do meu concelho, Esposende, no início do século XX, assim como o passado de duas antigas colónias portuguesas no continente africano, Angola e Moçambique.

Espero que este trabalho tenha sido realizado de acordo com as expectativas do júri e os termos do regulamento do concurso, e que a sua leitura permita entender não só alguns capítulos pouco conhecidos da história recente de Portugal, mas também a dedicação depositada neste projeto.

Rui Miranda

Introdução

Porquê a Guerra?

Foi da Europa que saltou a faísca que acabaria por arrasar meio mundo.

A disputa pela posse de territórios do continente africano tornou-se uma das razões dos desentendimentos entre os vários países da Europa, continente que no início do século XX era caracterizado por diferentes contrastes a nível político e económico:

- Países como a França, Grã-Bretanha e Portugal defendiam o desenvolvimento de democracias liberais, enquanto os Impérios Russo, Alemão e Austro-Húngaro possuíam regimes autoritários;
- A Itália, o Império Russo e o Império Austro-Húngaro tinham uma economia pouco desenvolvida e rural. Por outro lado, a Grã-Bretanha, a França e o Império Alemão, apostando vigorosamente na indústria eram, na altura, dos países mais desenvolvidos do mundo.

No continente europeu, destacavam-se dois rivais: a Grã-Bretanha e o Império Alemão. Os Britânicos possuíam um vasto império por todo o globo, que lhes assegurava bastantes matérias-primas e grandes mercados. Os Alemães consagravam-se os grandes produtores industriais e pretendiam possuir mais mercados e expandir o seu território. A França ambicionava recuperar o território da Alsácia-Lorena e preservar as suas colónias, cobiçadas pela Alemanha.

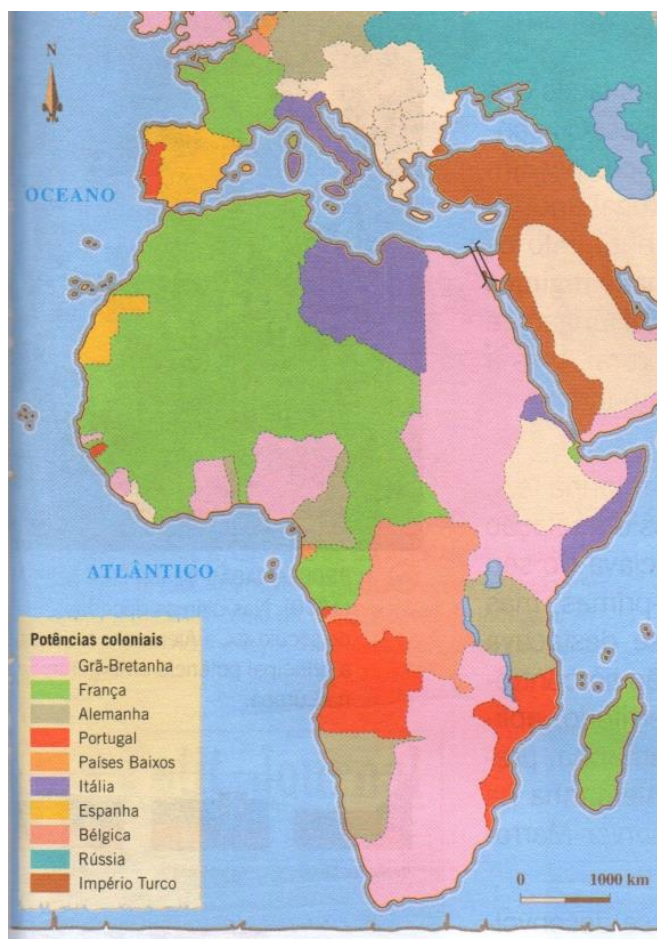
Na região dos Balcãs destacavam-se dois grandes impérios: Impérios Austro-Húngaro e Otomano, dos quais faziam parte vários povos eslavos distintos como os sérvios, os búlgaros e os albaneses. Estes povos pretendiam conseguir a sua independência através da ajuda do Império Russo. Assim surgiram vários movimentos nacionalistas que defendiam a libertação do povo eslavo, aumentando a tensão entre os países europeus e a instabilidade política e militar nos Balcãs.

Por consequência de todos os factos acima referidos, surge na Europa um clima de paz armada. Os países investiam o máximo que podiam na produção e compra de material bélico, e apressaram-se a formar alianças estratégicas. Em 1882 foi formada a Tríplice Aliança, que envolvia a Itália, o Império Austro-Húngaro e o Império Alemão. Mais tarde, em 1907, a Grã-Bretanha, a França e o Império Russo constituem a Tríplice Entente. Estava iminente um conflito de proporções inimagináveis na Europa.

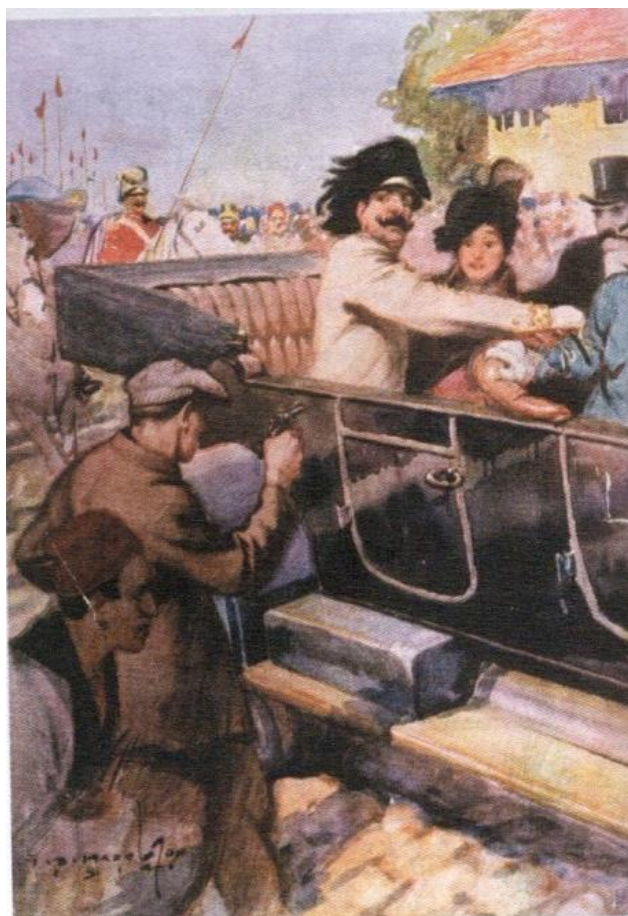
No dia 28 de junho de 1914, o príncipe herdeiro do trono da Áustria-Hungria, Francisco Fernando, durante uma visita a Sarajevo, na Bósnia, é assassinado por um estudante nacionalista sérvio. Este infeliz acontecimento depressa faz com que o Império Austro-Húngaro, com o apoio da Alemanha, acuse a Sérvia de atentado e lhe declare guerra.

A partir daí, em poucos dias se surtem os efeitos das alianças: a Sérvia recebe o apoio da Rússia, entrando no conflito contra os Impérios Alemão e Austro-Húngaro. A Grã-Bretanha e a França, sentindo-se ameaçadas pela Tríplice Aliança, decidem entrar na guerra.

Frente a frente vêm-se a Tríplice Entente (França, Grã-Bretanha e Império Russo) e a Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Itália), naquele que viria a ser um dos mais destrutivos conflitos que o mundo alguma vez conheceu. Mais de 65 milhões de homens de todo o mundo foram mobilizados para combater pela sua pátria num conflito que se achava de poucas semanas ou meses. Porém, tal mobilização geral de todos os homens em idade militar impossibilitava os Estados de suportarem os custos de um conflito que acabou por durar quatro anos.



Doc.1 – O domínio europeu em África.



Doc.2 – Assassinato do Arquiduque Francisco Fernando.

A Participação de Portugal

Porque não a neutralidade?

A partir de 1914, na presença do início de uma guerra catastrófica, assomam em Portugal duas posições: assumir a neutralidade ou combater ao lado da Grã-Bretanha e da restante Tríplice Entente.

- A neutralidade evitava perdas humanas, o agravamento da dívida do Estado e de toda a situação económica do país, e Portugal afirmaria a sua soberania perante a Grã-Bretanha.
- A participação na guerra, apoiada por políticos importantes da época (como Afonso Costa e António José de Almeida), levaria a que o novo regime republicano português fosse legitimado entre as várias potências europeias, Portugal manteria a sua velha aliança com a Grã-Bretanha, e não correria o risco de perder as suas colónias em África que faziam fronteira com colónias alemãs.

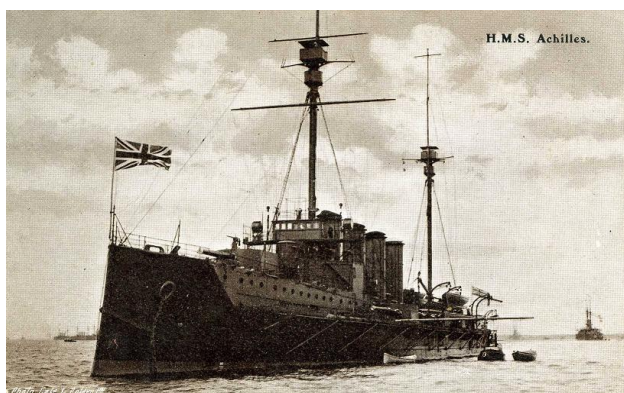
A entrada de Portugal na guerra deu-se com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Este conflito entre os dois Estados europeus começou quando, no dia 30 de novembro de 1908, Portugal e Alemanha assinaram um Tratado de Comércio e Navegação que, entre vários assuntos, dizia:

“Os navios alemães imobilizados há mais de 18 meses nas águas territoriais portuguesas, deviam ser considerados com abrangidos pelo princípio geral do domínio eminente, estando assim Portugal justificado de exercer sobre eles os mesmos direitos que exerce em casos eventuais sobre a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdição, ou seja, o direito de usar dela sempre que as necessidades do país o exigirem.”

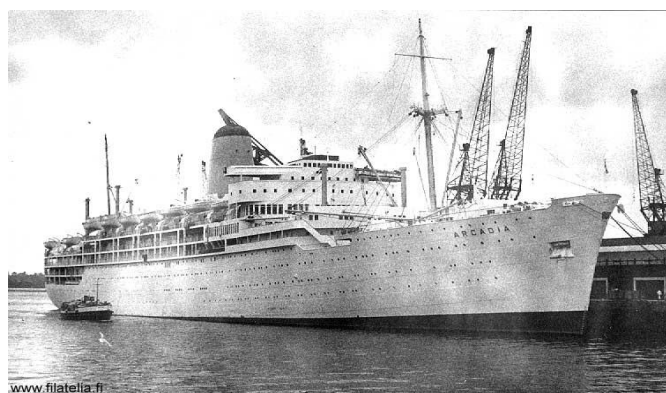
Desta forma, a 23 de fevereiro de 1916, a mando da Grã-Bretanha, Portugal aprisionou 72 navios alemães que foram rebatizados com nomes portugueses e alugados a companhias estrangeiras. Dois desses navios foram rebatizados com os nomes de Esposende e Cávado, relacionados com a nossa região. Assim, em 9 de março de 1916, a Alemanha, por cobiça das colónias africanas e pelo aprisionamento das suas embarcações, declara guerra a Portugal.

A Grã-Bretanha, a França e Portugal eram as maiores potências coloniais. A questão colonial transformou-se num problema político maior nas décadas anteriores ao conflito. Não se pode compreender a Primeira Grande Guerra sem ter em conta o nacionalismo e o imperialismo dos grandes estados europeus, tivessem as batalhas por palco a Europa, onde impérios poderosos e obstinados se confrontavam com a pretensão de formar novos estados-nações ou movimentos nacionalistas - como acontecia nos Balcãs - ou outros continentes, como a África, principalmente.

As colónias eram importantes para os estados europeus fortalecerem a sua economia, política e estatuto em comparação com outros estados. Não eram apenas fonte de mercados e matérias-primas, as colónias africanas eram também um testemunho do seu estatuto político e supremacia dos seus povos e nações.



Doc.3 - Navio Achilles, rebatizado de Cávado.



Doc.4 - Navio Arcadia, rebatizado de Esposende.

Contudo, os novos estados formados no século XIX, como a Itália e a Alemanha, encontravam obstáculos na estruturação dos seus impérios. A Alemanha transformou-se numa enorme potência em termos demográficos, económicos e militares, mas imperialmente via-se reduzida, possuía uma pequena porção dos territórios africanos, entre os quais a Namíbia, a sul de Angola e o Tanganica, a norte de Moçambique.

Desta forma, podemos dizer que o esforço militar de Portugal em África se deveu à sobrevivência da soberania portuguesa nos seus territórios coloniais, ao contrário da participação na guerra da Europa, por causa da decisão tomada pelo governo republicano, contra a vontade do resto da sociedade portuguesa, com o objetivo de legitimar o jovem regime republicano e também para Portugal se afirmar face à Grã-Bretanha como um país tão forte e inabalável quanto o povo Britânico.

Pela observação do mapa do Documento 1, verificamos que Portugal possui cinco colónias localizadas no continente africano – Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Estas colónias, exceto os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, faziam fronteira com as de outros países como a Bélgica, França, Grã-Bretanha e Alemanha. Porque a Bélgica se manteve neutral e a França e Grã-Bretanha eram aliadas de Portugal, estavam vulneráveis a ataques Angola e Moçambique, únicas colónias portuguesas que faziam fronteira com territórios alemães.

Com o estalar da guerra, desde o início havia a necessidade de proteger as colónias, muito cobiçadas pelas Potências Centrais (Tríplice Aliança), principalmente a Alemanha.

Por conseguinte, o governo português pede ao Congresso da República, no dia 7 de agosto de 1914, os meios necessários para garantir a ordem em todo o país e salvaguardar os interesses de Portugal, assim como para auxiliar a quaisquer emergências extremas de carácter financeiro.

Visto que Portugal era das maiores potências coloniais, na suspeita de futuros acontecimentos, resolve reforçar as guarnições provinciais das duas maiores possessões ultramarinas - Angola e Moçambique, que confrontavam, na altura, com dois grandes territórios alemães - com corpos

expedicionários, um destinado a Angola, outro a Moçambique. Por isso, as expedições militares para defender Angola e Moçambique são organizadas logo em 1914, e os combates com as forças alemãs ocorrem antes da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, que só virá a acontecer em março de 1916.

Entre os finais do século XIX e início do século XX, formaram-se em África mais de 50 novos estados. A disputa de territórios africanos foi conduzida por diplomatas expectantes com a resolução das desavenças africanas e a posse regiões que significavam enormes fontes de riqueza que os permitiria afirmar-se perante outros estados Europeus.

Consequentemente, as fronteiras das colónias revelaram muito mais a cobiça das potências europeias do que o seu conhecimento do território africano. As linhas de fronteira correspondiam por vezes a rios ou bacias hidrográficas, caso se conhecessem, mas com grande frequência, os desenhadores dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros necessitavam de recorrer ao uso de linhas retas, devido às falhas nos limitados conhecimentos geográficos.

A Guerra em Moçambique

Moçambique possui uma superfície oito vezes e meia maior do que Portugal, contava uma população de aproximadamente quatro milhões de indígenas africanos e cerca de vinte mil brancos portugueses. O ressurgimento de Moçambique, depois duma estagnação durante séculos, foi marcado em 1891, pela fixação das fronteiras da Colónia. Antes da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, era pouco conhecida a fronteira norte de Moçambique.

Porém, no que diz respeito à delimitação das fronteiras, Moçambique foi uma exceção. Embora as fronteiras conquistadas pelos negociadores ingleses e portugueses tenham sido resultado de conhecimento relativamente reduzido do terreno, não se traçaram linhas retas, foram tomadas decisões um pouco mais judiciosas. Apesar disso, o traçado das fronteiras de Moçambique não criou um estado. Não se sabia ao certo qual o tipo de sociedade, administração ou economia que existiam ou que poderiam vir a surgir, e qual seria a reação dos moçambicanos nativos quando soubessem que as suas populações iriam ser divididas em diferentes colónias, de acordo com fronteiras delimitadas pensando apenas nos interesses europeus.



Doc. 5 – Províncias de Moçambique.

A colónia de Moçambique ficou cercada pelas linhas de fronteira, determinadas nas negociações de 1890-1891 e não apresentava quaisquer características de um estado do século XX. Faltava-lhe um sistema de administração eficiente, vias de comunicação, população instruída, não possuía os serviços

mais básicos, dado que não havia preocupação pela parte dos portugueses, assim como de muitos países europeus, em desenvolver as suas colónias africanas nos domínios económico, político e social.

Nos anos que levaram à primeira guerra mundial, Moçambique era o foco da atenção de muitas potências coloniais. Embora as fronteiras tivessem sido fixadas em 1891, a fragilidade da administração portuguesa nas suas colónias suscitava problemas.

Era necessário logo ao começar a guerra, guarnecer com forças militares a grande zona da fronteira norte de Moçambique (que fazia fronteira com uma colónia alemã), que só tinha uma ilusória rede de ocupação administrativa.

A primeira expedição a Moçambique

Em 18 de agosto de 1914, foi decretado enviar para Moçambique uma primeira expedição de 1.500 homens, de improviso, e sem obedecer às regras de mobilização mais adequadas, organizaram-se o batalhão e outras pequenas frações do destacamento. A falta de instrução militar das unidades que formavam o destacamento não podia, ser remediada em Portugal e foi preciso em terras de África começar com a instrução mais básica. Pior do que o analfabetismo, dificultando a instrução militar, foi a ignorância da higiene, bastante prejudicial para esta e outras expedições, como se manifesta pelo elevado número de baixas observado nos efetivos, causado pelas doenças. A improvisação também trouxe muitas dificuldades nos fardamentos que foram fornecidos à pressa e com má qualidade, descosendo-se o tecido de algodão às primeiras lavagens e perdendo a consistência e a cor. Os capacetes que eram feitos de feltro deformavam-se logo que apanhavam chuva, e o calçado era fraco e descosia-se facilmente. Nas disposições para o embarque da 1.ª expedição para Moçambique, à falta de navios nacionais, foi contratado para a viagem um paquete inglês. Sendo o transporte num navio Britânico, quando os alemães ainda tinham no mar alguns cruzadores, tornou essa viagem num perigo, dado que não se solicitou a proteção dos navios de guerra britânicos. De Lisboa fora pedido que se preparasse o estacionamento da expedição, mas, por falta de recursos da Companhia do Niassa, falta de iniciativa da Colónia e também do Estado português, nada se encontrava preparado. Este facto foi repetido em cada uma das seguintes expedições, sendo necessário improvisar instalações.

Ainda no princípio do conflito verificaram-se combates nas fronteiras meridionais e na fronteira do rio Rovuma, no norte de Moçambique. Deste modo, as autoridades portuguesas resolveram fortalecer a sua posição no norte de Moçambique, assim como enviar tropas europeias e africanas e material bélico para o território da região do Niassa. Foram construídos uma série de postos fortificados ao longo da fronteira norte do Rovuma, e as zonas interiores mais vulneráveis a ataques foram ocupadas pelos militares portugueses.

O posto de Maziúia era uma sentinela perdida junto da fronteira, na margem do rio Rovuma, a quatrocentos quilómetros de Porto Amélia, por caminhos arenosos. Chefiava o posto um português, que

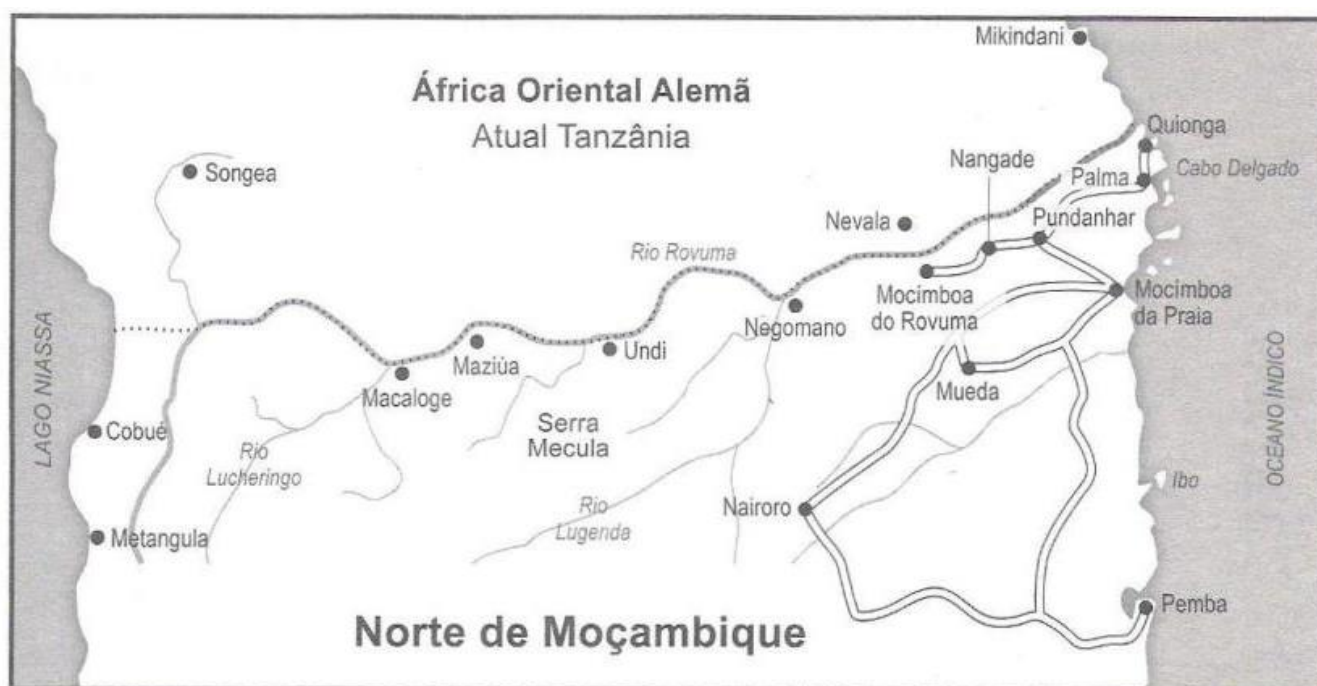
tinha sob o seu comando meia dúzia de soldados indígenas do corpo de polícia da Companhia do Niassa, que viviam em palhotas com suas mulheres. A construção dos postos era primitiva, limitando-se a um cercado com parapeito, um fosso e um pequeno campo de tiro, sendo o posto de Maziúa um dos mais pobremente instalados.

Em 1914, sem razoável justificação e à semelhança da enorme violência com que se apoderaram de Quionga em 1894, os alemães atacaram Maziúa. Apoderando-se do triângulo de Quionga, o governador da colónia alemã, fizera retirar a meia dúzia dos nossos soldados indígenas que guardavam o posto, substituindo-os pelos seus. Fica assim a foz do rio Rovuma incorporada na colónia alemã, bem como a baía de Quionga, pequena mas com capacidade de abrigar navios de alto bordo. No ataque alemão ao posto de Maziúa, observa-se também o impulso da mesma ambição desmedida, generalizada a todos os dirigentes e executada com persistência.

Naquela altura, como as comunicações entre Portugal e as suas colónias eram demoradas e escassas, o comandante do posto certamente desconheceria que a 1ª Guerra Mundial tivesse começado na Europa em princípios de agosto, além disso, as instruções principais que lhe tinham sido entregues, assim como a todos os postos da fronteira, eram no sentido de evitar quaisquer conflitos.

Pelo contrário, do lado da fronteira alemã as instruções eram no sentido de tomar a iniciativa ao ataque imediatamente e em todas as fronteiras das suas colónias, daí que tivessem sido encontradas várias referências ao incidente de Maziúa, onde foi vertido o primeiro sangue português, antes da declaração de guerra oficial.

O ataque foi efetuado em 24 de agosto, sendo massacrados os indígenas que se encontravam dentro do posto, morto o sargento comandante português e destruído o posto.



Doc. 6 – Mapa da fronteira norte de Moçambique.

A segunda expedição a Moçambique

Acompanhou a 2.ª expedição a Moçambique o Governador-geral Álvaro de Castro, capitão de infantaria, bacharel em direito e professor das escolas militar e colonial. A expedição, organizada em 11 de setembro de 1915 e mobilizada como as restantes forças, da mesma maneira improvisada, e por isso, com a mesma falta de instrução, segue de Lisboa no vapor *Moçambique*, com o Governador-geral e desembarca em Porto Amélia em 7 de novembro.

Esta expedição ocupou a fronteira do Rovuma em duas zonas: a primeira desde a foz do Rio Rovuma até à sua confluência com o Rio Lugenda, e a segunda prolongava-se até ao limite oeste da fronteira do Rovuma, o Lago Niassa. Com distâncias enormes entre os comandos militares, tornou-se complicado para as tropas portuguesas patrulhar os extensos territórios entre os postos.

O Governador-geral desta segunda expedição, Álvaro de Castro, definiu um plano geral de operações, que continha três objetivos principais:

1.º - Objetivo imediato - a ocupação de Quionga;

2.º - Objetivo militar - cooperar com os ingleses, batendo as forças alemãs;

3.º - Objetivo geográfico e político - obter uma situação internacional que oferecesse a Portugal um lugar de destaque ao lado das nações Aliadas, ou seja, ocupar com urgência uma parte do território sul da colónia alemã que fazia fronteira com o norte de Moçambique.

O interesse do Governo português e do Governador-geral de Moçambique, era que a expedição tomasse como objetivo imediato a ocupação de Quionga, não só para reparar uma afronta, mas também para atingir o objetivo militar de cooperar com os ingleses, ocupando a margem sul do Rovuma na parte mais rica junto à sua foz, tendo em mente ocupar o território inimigo da margem norte.

A zona de operações de fronteira, no Rio Rovuma, que possuía uma enorme extensão, ficou marcada por os alemães abandonarem as regiões do litoral onde, embora existissem comunicações marítimas para o transporte e abastecimento das tropas, os alemães preferiram retirar-se para combater nas regiões do interior, onde avançavam rapidamente, enquanto os portugueses se arrastavam com lentidão pelo litoral.

Em março de 1916, Portugal entra formalmente na Primeira Guerra Mundial ao lado dos Aliados, pois por causa da disposição geográfica das colónias de Moçambique e Angola nunca poderia usufruir da neutralidade quando grandes conflitos se davam nas fronteiras dos seus territórios africanos. Além disso, Portugal temia que as suas colónias africanas pudessem cair nas mãos dos países que saíssem vencedores, caso mantivesse a neutralidade. Os ingleses aumentaram os créditos a Portugal e prometeram apoio às colónias. A entrada na guerra não trouxe nenhuma consequência imediatas a Moçambique, no entanto, logo em abril os portugueses ocuparam o triângulo do Quionga, um pequeno pedaço de território alemão situado no norte de Moçambique, a sul da foz do Rovuma.

Em fins de março, organizou-se em Porto Amélia um pequeno destacamento, sob o comando do Major Portugal da Silveira, com uma companhia de infantaria 21 e um pelotão de cavalaria, tendo por objetivo ocupar Quionga e fazer um reconhecimento ofensivo na direção de algumas cidades inimigas mais a norte, tentando fixar-se nelas. O destacamento foi transportado no pequeno vapor português *Luabo*, até Palma. O Major Silveira e o seu destacamento, mais uma companhia indígena, marcharam pelo caminho de Palma até Quionga, cerca de 12 quilómetros, ocupando, em 10 de abril de 1916, esta localidade que o exército alemão tinha abandonado, deixando algumas trincheiras construídas.

Em 23 de abril, embarcaram mais forças da expedição em Porto Amélia, com destino a Palma, onde chegaram no dia seguinte, em 24 de abril.

Isto porque depois da reocupação de Quionga, tratou-se de efetuar a ocupação do chamado "Triângulo de Quionga", um terreno abandonado pelos alemães, no qual se estabeleceram na margem direita do Rovuma alguns postos auxiliares: Namaca, Namiranga, Namôto e Nachinamoca. Estes postos, constituíram uma linha de cobertura com uma frente de 50 quilómetros até ao mar, que deveria servir de base para as próximas ofensivas, cujo objetivo seriam as cidades inimigas de Mikindani e Lindi, no litoral alemão.

Mais a sul, a guerra começou a exercer os seus efeitos sobre a população africana. Na região da Zambézia e a sul do rio Save, milhares de homens eram alistados à força pela polícia armada portuguesa. Foram igualmente enviados polícias armados a serviço do governo colonial português e soldados africanos da Zambézia para combaterem no norte de Moçambique. De acordo com estimativas, Portugal forneceu no total cerca de 30 mil soldados às forças britânicas – para combater na Europa - e 60 mil para o seu próprio exército durante a guerra em África.

Em 23 de abril, os alemães fizeram fogo de metralhadoras, da margem norte do Rovuma, sobre o nosso posto de Namoto, o que levou ao abandono imediato deste posto pelo pelotão que o ocupava, que se retirou para Quionga. Aí foi reorganizado o pelotão que, com outros graduados, voltou a ocupar o posto.

Nos primeiros dias de maio, o posto de Namoto foi reforçado com duas peças de artilharia que para ali marcharam, sob o comando do tenente Ferreira da Fonseca. Foi esta artilharia que, bombardeou em 7 de maio e alguns dias os postos alemães de Fábrica (uma fábrica alemã de preparação de algodão) e de Naurunga, com resultados, como era de prever, absolutamente nulos.

A 18 de maio, o Governador-geral da segunda expedição a Moçambique embarcou em Lourenço Marques (atual Maputo) para o Rovuma, acompanhando os reforços que conseguira mobilizar - uma companhia portuguesa de infantaria orquestrada da Guarda Republicana de Lourenço Marques e duas companhias indígenas. Chegaram à baía do Rovuma em 19 de maio e, desde logo, começaram a cooperar com a expedição nos reconhecimentos para a passagem do rio com pequenas embarcações e canhoneiras. No dia 21, duas lanchas a vapor entraram no Rovuma e, subindo o rio fazendo continuamente fogo sobre a margem norte inimiga, atacaram-na. Uma outra pequena força de marinha

desembarcou junto do posto da Fábrica e incendiou tudo o que conseguia, sem que o inimigo disparasse um tiro. Lanchas a vapor e canhoneiras utilizaram a sua artilharia no bombardeando à Fábrica.

No dia 23, a marinha tentou, com as suas lanchas, um novo desembarque no mesmo posto, mas foi alvejada pelas metralhadoras alemãs, pelo que teve de se retirar. Assim, em 27 de maio, tenta-se uma passagem pelo rio Rovuma à força, sob o comando do major Moura Mendes, assistindo à cena o Governador-geral a bordo de um cruzador. Organizaram-se duas colunas na margem sul, para atravessarem o rio, tendo por objetivo principal a Fábrica na margem alemã. Assim foi bombardeada a margem inimiga, nas imediações da Fábrica, cabendo à bateria Canet a frente inimiga onde se encontrava este posto alemão.

Durante a manhã (pelas 9h00) tentou-se a passagem do rio, embarcando as duas colunas, formadas por uma companhia europeia e outra indígena, que conseguiram chegar a uns 150 metros da margem alemã até serem alvejadas por intenso fogo de metralhadoras de uma divisão de artilharia alemã. O combate terminou a meio da tarde do mesmo dia (cerca das 15h30).

O combate representou um grande esforço bem executado, no entanto não muito bem projetado e mal sucedido. Este insucesso paralisou a 2.ª expedição durante quatro meses e inutilizou a sua ação ofensiva. Apesar disso, os portugueses mantiveram a reocupação da margem sul do Rovuma.

O Governador-geral Álvaro de Castro diz, com desolação, no seu relatório, que os factos demonstraram do nosso lado uma situação passiva e apática, devido ao enorme desgaste da capacidade física e do estado moral das tropas portuguesas. Não obstante, a nossa artilharia conseguiu realizar algumas tentativas de ataque aos alemães, nomeadamente as que tiveram por objetivo Namoto, nos dias 6, 13 e 19 de junho e 1 de julho.

Enquanto os nossos Aliados pretendiam utilizar ao máximo as forças indígenas (como os alemães utilizaram, com tanto êxito, os seus *ascaris*), Portugal persistia em enviar sucessivas expedições de tropas da Europa, fracamente preparadas para resistirem ao clima numa campanha prolongada como esta. Assim, parte em meados de 1916, a 3.ª expedição de forças metropolitanas para Moçambique.

A terceira expedição a Moçambique

Foi a mais forte expedição que foi enviada para Moçambique. Dela faziam parte os três batalhões dos regimentos de infantaria números 23, 24 e 28, recrutados em Coimbra, Aveiro e Figueira da Foz. Tinha sido pensado que, para remediar a falta de instrução militar, os três batalhões se concentrariam na Escola de Infantaria, em Mafra, para serem submetidos a uma intensiva instrução. A preocupação de manter a disciplina levou o Governo a nomear para Comandante da 3.ª expedição o General Ferreira Gil, que não possuía experiência colonial, nem os seus estudos profissionais se orientavam nesse ramo de conhecimentos militares, como ele escreveu no seu relatório com que esclareceu o Ministro aquando da sua nomeação para o Comando.

As forças da terceira expedição a Moçambique saíram de Lisboa nos vapores *Portugal* a 28 de maio, *Moçambique* a 3 de junho, *Zaire* a 24 de junho, *Machico* a 28 de junho e *Amarante* a 8 de julho. Mais tarde, no vapor *Beira* embarcaram mais, de improviso, 432 praças da infantaria 21. Estes homens formavam duas companhias, apresentando-se sem capacetes de feltro e só com fatos de mescla.

Em 3 e 5 de julho de 1916 chegam a Palma, onde nada estava preparado para o desembarque, os vapores *Portugal* e *Moçambique* com os batalhões de infantaria 23 e 24. Só no dia 6 de setembro, tinha chegado à base de Palma o vapor *Beira*, desembarcando a companhia de transportes, que deveria ser das primeiras a desembarcar mas fora demorada em Lisboa por variados transtornos, como por exemplo a greve dos operários metalúrgicos.

Durante os dois meses de demora na base em Palma, aguardando os transportes que só chegariam em setembro, as tropas não estiveram sem fazer nada, dado que o tempo fora dedicado à instrução militar e ao levantamento de barracões para todo o material, que ficou a coberto. Os navios levavam às vezes quinze dias a descarregar, estando em setembro também os soldados brancos encarregados da descarga, trabalho muito fatigante naquele clima africano. O desembarque de 1.500 solípedes representou também um grande esforço.

Reconhecendo que as tropas brancas resistiam mal ao clima, começou-se a improvisar dez companhias indígenas com uma instrução de recrutas de quatro meses, quando eram precisos quatro anos para formar um bom soldado indígena.

Entretanto, chegavam telegramas do Governo português e do Governador da Colónia no sentido de incitar a expedição e tomar a ofensiva. A 5 de setembro, o Governador-geral escreveu para Portugal dizendo que o cônsul inglês informava dever acabar a campanha nesse mês. E em 9 de setembro, o Governo de Lisboa dizia «ser indispensável não esperar o desembarque dos navios, nem a chegada dos camiões para começar a ofensiva, porque carecia evitar que a guerra acabasse estando nós parados». Respondendo a estas imperiosas determinações, o General comandante que não tinha naquele momento os meios para poder avançar, já marcara para os dias 17 e 19 a travessia do Rovuma.

A passagem do Rovuma junto à foz foi o fruto daquela instrução militar de dois meses realizada na base em Palma, enquanto se esperava o material de transportes. A passagem efetuada em 19 de setembro foi uma operação de relativo valor para a nossa fraca preparação militar. A força portuguesa concentrada para a passagem do Rovuma, durante a madrugada de maré baixa de 19 de setembro, contava com 120 oficiais e 4.060 praças organizados em três colunas, as duas colunas a montante passaram o rio a pé e uma coluna a jusante atravessou o rio em jangadas. Para ocupar o terreno que os alemães fossem abandonando, foi enviado um reconhecimento a Nevala que marchou, em 25 de setembro pela margem Norte do Rovuma. A escolta de reconhecimento era formada por três companhias indígenas e uma bateria de metralhadoras, com o fim de ir ocupando os postos abandonados e ter capacidade para combater as patrulhas adversas.

Em Maúta, cerca de 2 km a Leste de Nevala, os alemães tinham preparado uma posição que cortava a estrada de marcha das forças portuguesas e conseguiram surpreender a nossa extrema guarda avançada, num combate a 4 de outubro. Era evidente o ataque no ponto escolhido pelos alemães: uma curva estreita da estrada de marcha, tendo na esquerda um escarpado de grande altura e pela direita uma mata densa e impenetrável. O fogo das metralhadoras, varrendo a estrada, produziu o pânico. O combate de Maúta começara ao cair da tarde, pelo que teve curta duração pois, ao anoitecer, as forças retiraram-se para um local um pouco à retaguarda, onde escavaram trincheiras. Assim, a total falta de água levou a que se ordenasse a retirada das forças ainda nessa mesma noite para o posto de Nichichira, a trinta quilómetros à retaguarda, de forma que as tropas são obrigadas a recuar literalmente até à fronteira. Este combate resulta na morte de trinta e dois militares e no ferimento de catorze.

O General, logo que lhe foi possível, mandou outro reforço, formado por duas companhias de infantaria 28, duas peças e um pelotão indígena e chamou-lhe de "coluna de Massassi". As ordens determinavam que a *coluna de Massassi* enviasse um reconhecimento de oficial no dia 18 de outubro pela estrada para Nevala, no entanto, só foi possível no dia 26 do mesmo mês.

Falhando o plano de avançar pelo litoral, com o auxílio dos transportes de mantimentos de porto em porto, como sucedera de Porto Amélia para Palma, e depois para a foz do Rovuma, tínhamos de marchar pelas estradas alemãs, para montante do Rovuma até Nevala, e depois pelos caminhos secundários até ao vale definido pelo rio Lukuledi. Felizmente, os indígenas daquela zona de operações foram sempre favoráveis aos portugueses, dado que, por estarem revoltados com os alemães, de boa vontade forneciam informações dos seus movimentos.

A marcha foi iniciada em 8 de novembro, e nesse mesmo dia a coluna encontrou-se com o inimigo, que lhe cortava a estrada em Lulindi (Quivambo). Ao tomar o primeiro contacto com o inimigo, dá-se o combate que ficou conhecido por combate de Lulindi ou de Quivambo (Kiwambo).

Ao meio-dia iniciam-se os primeiros tiros do combate de Quivambo, na estrada de Lulindi. A frente de combate formou-se com duas companhias, a 21ª e a 22ª Companhias Indígenas. A troca de fogo de infantaria e metralhadoras com o inimigo foi intensa. O comandante da "Coluna de Massassi", o Major Leopoldo Silva foi gravemente ferido, tendo mais tarde acabado por morrer por causa dos ferimentos. Como não tinha sido definida a sucessão do comando, verificou-se uma situação de indecisão e começou-se a pensar preparar a retirada das forças.

Entretanto, o adjunto do Chefe do Estado-maior, Tenente Salvador França, propôs que se avançasse com o apoio do pelotão da Guarda Republicana. Durante o avanço conseguiu-se contactar as forças do Alferes Monteiro Leite e Craveiro Lopes, que se tinham infiltrado dentro da posição inimiga. Às 17 horas, o Capitão Francisco Curado ordenou o assalto final sobre as tropas alemãs, que foi executado pelos soldados do 21ª e 22ª Companhias Indígenas e pelo pelotão da Guarda Republicana de Lourenço Marques. As forças alemãs abandonaram a posição que fora ocupada até dia 19 de novembro.

A 15 de novembro, após a morte do Major Leopoldo Silva, assume o comando da "Coluna de Massassi", o Major Aristides Cunha. Este, a 19 de novembro decidiu retirar as tropas para Nevala, terminando com a ofensiva sobre Massassi, considerando que a coluna estava exausta e com dificuldades no abastecimento.

No dia 22 de novembro, os alemães iniciam o ataque a Nevala. As forças alemãs conseguiram conquistar o posto de água que se encontrava fora da área fortificada de Nevala. Em seguida iniciaram o cerco das forças portuguesas.

A 28 de novembro, a partir de Maúta, foi organizada uma coluna de socorro comandada pelo Capitão Benedito de Azevedo, que incorporava os homens que tinham escapado, dias antes, do ataque aos poços de água de Nevala. Era composta por 11 oficiais e 252 praças europeus e indígenas. O plano compunha uma coordenação entre as duas forças por forma a quebrar o cerco. Apesar dos ataques efetuados, que incluíram ter saído de Nevala um pelotão da 22ª Companhia Indígena, não foi possível quebrar o cerco.

Sem possibilidade de manter a posição, o comandante das forças portuguesas, o Major Aristides Cunha, decidiu retirar as forças a 28 de novembro. Assim pelas 22 horas, saíram em coluna, por um caminho no meio do mato em direção ao Rovuma. Durante a retirada que se transformou numa fuga, a 21ª Companhia Indígena manteve a guarda da retaguarda, e após atravessar o Rovuma, não se dirigiu para a base de Palma, mas sim para Sul, de modo a desviar as forças alemãs deste local que estava defendido por apenas um posto militar, impedindo a perseguição das forças inimigas.

Em 1 de dezembro, o posto de Nagandi foi incendiado por fogo de artilharia alemã, impedindo que se organizasse ali uma linha de defesa de Moçambique. Entretanto, as forças alemãs recolhem ao interior da sua colónia e os postos militares portugueses a sul do Rovuma, são novamente ocupados e militarizados. Todos os postos ocupados na zona alemã foram abandonados.

Entretanto foi passada a base de operações militares de Palma para Mocimboa da Praia, e iniciaram-se os trabalhos para receber a 4ª Força Expedicionária.

A quarta expedição a Moçambique

A 12 de setembro de 1916, foi enviada uma quarta expedição para a África Oriental, desta vez comandada pelo Coronel Sousa Rosa. A 4ª Força Expedicionária de Moçambique era formada por três batalhões de infantaria, respetivamente: Regimento de Infantaria n.º 29 de Braga, 30 de Bragança e 31 do Porto, engenheiros, telegrafistas, elementos de serviços de saúde, administrativos e de transporte num total de 209 oficiais e 5.058 praças. Foram ainda enviados mais 108 oficiais e 4.401 praças para reforço das tropas. Para além disso, foram enviados quadros para organizar 20 companhias indígenas.

O comando do Coronel Sousa Rosa não obteve nenhuma eficácia, visto que por não compreender as condições do terreno e do clima, as suas medidas apenas provocaram a desmoralização dos oficiais e

praças. Sem melhorar as condições de higiene, levou ao limite de deixar perder todo o batalhão do Regimento de Infantaria n.º 31 do Porto, por doenças, sem o ter feito sair da base marítima de Mocimboa da Praia.

O posto de militar de Negomano situava-se na margem sul do rio Rovuma, no local onde o rio Lugenda se ligava com o rio Rovuma.

Em 21 de novembro de 1917, o comandante alemão Von Lettow marcha de Nevala com quinze companhias, seguindo para Oeste pela margem norte do Rovuma. No dia 25, encontra o posto português de Negomano sob o comando do major Teixeira Pinto e guarnecido por cinco companhias indígenas: 25ª, 26ª, 27ª, 28ª e 29ª, a 3ª Companhia da Beira (portugueses). Houve troca de tiros e a patrulha portuguesa retirou-se para o posto militar. Seguiu-se um ataque executado por uma companhia indígena portuguesa sobre as tropas alemãs, aproveitando o momento em que estas ainda se encontravam a atravessar o rio Rovuma, obrigando os alemães a recuar para a margem Norte. Pelas 12 horas e 45 minutos, os alemães abriam fogos de artilharia sobre os portugueses, cujos entrancheiramentos se demonstraram insuficientes para suportar. Logo no início do fogo inimigo, o Major Teixeira Pinto aproximou-se da frente de combate, tendo comandado várias salvas de tiro da infantaria, acabando por ser atingido por tiros de metralhadora, tendo morrido após alguns minutos, levando a que o comando das forças fosse assumido pelo Major José Quaresma.

O Combate de Negomano resultou em 5 oficiais mortos, entre eles o Major Teixeira Pinto, 14 portugueses e 208 indígenas, mais de 70 feridos graves e 550 prisioneiros dos quais 31 eram oficiais. Os alemães também capturaram um valioso armazenamento de medicamentos, centenas de quilos de mantimentos de proveniência europeia, um grande número de armas individuais, 6 metralhadoras, milhares de munições e ainda 30 cavalos. O General Von Lettow, após se ter apoderado dos abastecimentos existentes no posto, libertou todos os prisioneiros e seguiu a sua marcha para Sul ao longo do rio Lugenda.

A oeste do Rio Lugenda, a Serra Mecula, constituída por alturas pedregosas de algumas centenas de metros, com uma frente favorável à ocupação de uma companhia indígena cobria os nossos abastecimentos concentrados em Nanguar, intercetando o caminho dos alemães para o Sul.

O capitão Francisco Curado, que comandava essa força, deixara um oficial com instruções para destruir esses abastecimentos se os alemães aparecessem, e ele próprio iria avançar com as reduzidas forças para tentar deter o inimigo. No dia 1 de dezembro, o Capitão Curado escolheu o local para combater os alemães, que lhe permitia um bom campo de tiro e a construção de trincheiras.

No dia 3 de dezembro, às 5 horas da manhã deu-se o primeiro contacto com o exército alemão de Wahle, que durou 7 horas e fez com que os alemães tivessem de se retirar com bastantes baixas. Nos dias 4 e 5 de dezembro, os portugueses melhoram as defesas e os campos de tiro, de modo a prepararem-se para no dia 6 enfrentarem o exército alemão mais reforçado, que novamente conseguiram afastar para norte. Aproveitando a noite, os alemães conseguiram avançar as suas

patrulhas de forma que, ao recomeçar o combate na manhã do dia 7, já se encontravam em estreito contacto com os portugueses. No entanto, a disciplina e o cruzamento dos nossos fogos conseguiram detê-los mais um dia. Na manhã do dia 8, os alemães, alvejando com as suas granadas as nossas trincheiras conseguiram avançar e apoderar-se das fontes de água que abasteciam as tropas portuguesas, assim como das suas trincheiras. No final de dezembro, as forças alemãs acabaram por expulsar as tropas portuguesas dos territórios da Companhia do Niassa.

O combate da Serra Mecula, foi uma resistência persistente durante quatro dias, até que a companhia e a bateria de metralhadoras ficaram reduzidas a 36 indígenas, depois do assalto, fazendo deste, apesar de tudo, um dos acontecimentos mais impressionantes da campanha, graças ao prestigioso comandante, capitão Curado, a quem chamaram de «o condestável do Rovuma».

A partir de abril, a evacuação dos postos administrativos e militares portugueses das cidades de Moçambique e Quelimane facilitou o avanço militar dos alemães para sul do rio Lúrio, mantendo a tática de seguir sempre na direção para onde era possível obterem mantimentos, munições e material militar. De 1 a 3 de julho, acontece o combate de Nhamacurra, e quando as tropas alemãs chegam a quarenta quilómetros de Quelimane, maior cidade da província de Zambézia, no centro de Moçambique, atacam o depósito de uma grande companhia açucareira, defendido pelas forças anglo-portuguesas comandadas pelo tenente-coronel britânico Brown. Em 28 de setembro, as tropas alemãs atravessam de novo o Rovuma, abandonando Moçambique. No início de novembro, as tropas alemãs entram na Rodésia do Norte, antiga colónia britânica, atual Zâmbia.

Em 12 de novembro de 1918, o comandante alemão Von Lettow ao ter conhecimento do Armistício celebrado no dia anterior em França, rende-se.

A Guerra em Angola

A entrada da Inglaterra no conflito europeu, conhecida com a declaração de guerra à Alemanha em 5 de agosto de 1914, e a eventualidade de que, mais tarde ou mais cedo Portugal poder-se-ia encontrar envolvido neste conflito mundial, levaram o governo português a pedir em Congresso da República, «as faculdades necessárias para, em tal conjuntura, garantir a ordem em todo o país e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para ocorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro».

Dada a nossa condição de potência colonial, cujos dois mais importantes territórios ultramarinos, Angola e Moçambique, faziam simultaneamente fronteira com dois grandes territórios alemães, o Leste Africano, que fazia fronteira com o norte de Moçambique; e o Sudoeste Africano Alemão, também conhecido por Damarlândia, fazia fronteira com o sul de Angola.



Doc. 7 – Mapa das províncias de Angola.

Visto que eram amplamente conhecidos os objetivos alemães de possuir o domínio destas nossas colónias, o Governo de Portugal, na previsão de futuros acontecimentos resolve reforçar as guarnições das colónias com dois corpos expedicionários, um destinado a Angola, outro a Moçambique.

No dia 18 de agosto, o general Pereira de Eça, Ministro da Guerra, convida o tenente coronel do Corpo do Estado Maior, Alves Roçadas a aceitar a chefia do primeiro corpo expedicionário a Angola,

constituído por um quartel-general, um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria, serviços de saúde, engenharia, administração militar, transportes e de etapas, que tinham por objetivo assegurar a obediência do povo angolano e vigiar a fronteira sul nos pontos mais importantes.

Passados alguns dias, depois de o tenente-coronel Alves Roçadas ter elaborado um projeto de operações, no qual prevê o reforço do corpo do seu comando com unidades proteção da província, de modo a ser constituída uma coluna de operações com uma composição que correspondesse aos objetivos a atingir, que seriam a ocupação direta do município de Cuanhama e a oposição ao avanço de quaisquer forças que pretendessem invadir o território da colónia.

Assim, nos dias 10 e 11 de setembro de 1914, a bordo dos vapores *Moçambique* e *Cabo Verde* com destino a Moçâmedes, atual Namibe, parte de Lisboa o primeiro corpo expedicionário para Angola.

A primeira expedição a Angola

A 27 de setembro e 1 de outubro, comandadas por Alves Roçadas, desembarcam em Moçâmedes o Comando, as unidades de menor efetivo, os Serviços e o batalhão de infantaria 14. Pouco depois da instalação do quartel-general em Moçâmedes, e até 11 de outubro, dão-se as instruções para a organização do serviço de informações e dos serviços da retaguarda. No dia 18 do mesmo mês, o tenente-coronel Alves Roçadas tomou posse do governo da província angolana de Huíla, com o objetivo de facilitar a sua ação de comandante do corpo expedicionário português, e para que as operações se dessem nas regiões pertencentes àquela província.

Em 19 de outubro, acontece o primeiro incidente de fronteira em Angola – o incidente de Naulila, onde foram mortos três alemães que faziam parte de uma missão com o objetivo de entrar em Angola sem autorização e acampar na margem esquerda do rio Cunene, em território português.

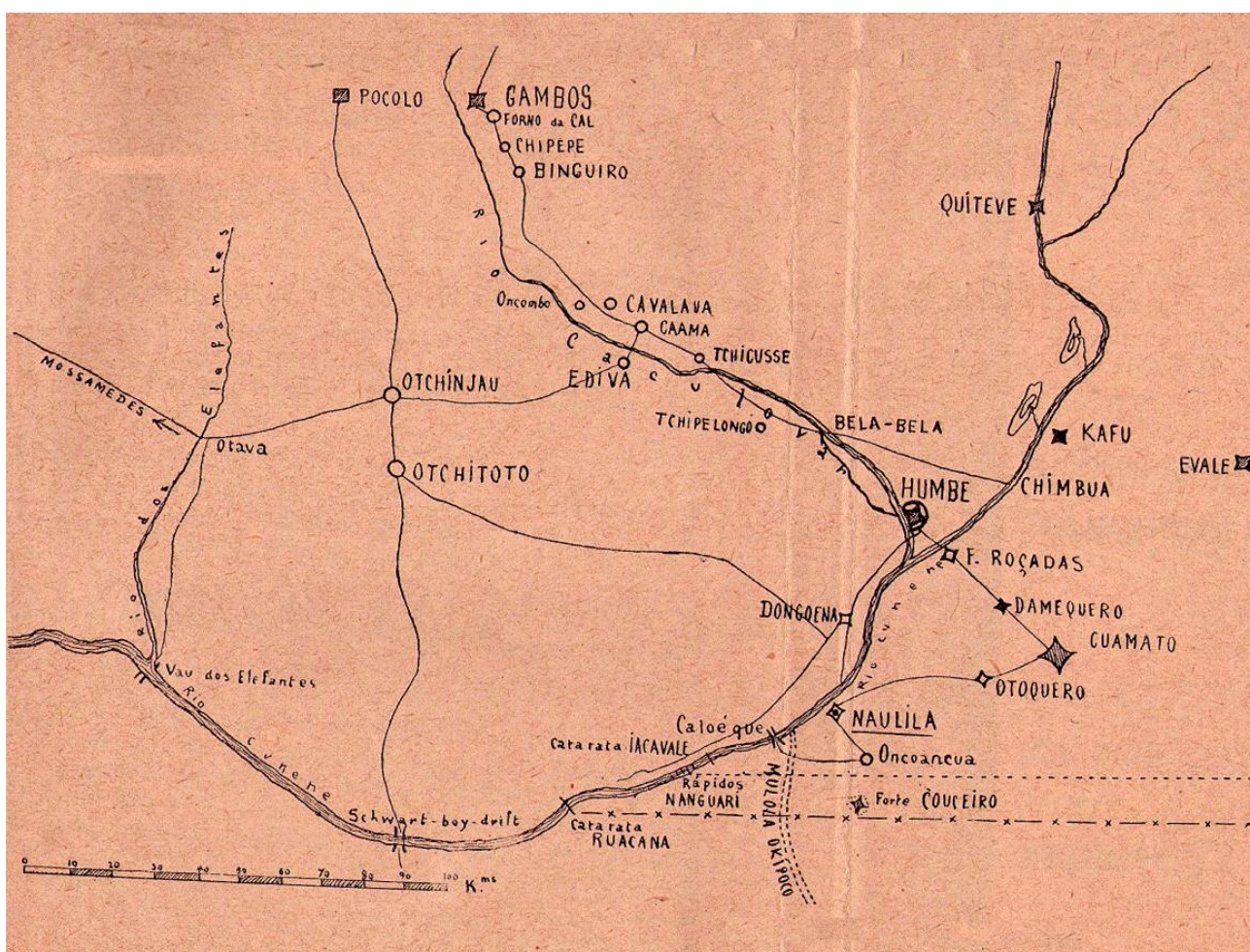
O incidente de Naulila levou a que o tenente-coronel Alves Roçadas mandasse retirar a missão da província de Huíla, na pressuposição de que poderiam chegar dificuldades se os membros da expedição portuguesa permanecessem no interior da colónia, quando era extremamente importante defender a linha de fronteira do território português.

A 31 de outubro, apenas doze dias após o incidente de Naulila, dá-se um ataque dos alemães ao posto militar de Cuangar, na margem esquerda do rio Cubango, no Sul de Angola. O Forte localizava-se bastante isolado: a 900 quilómetros de Moçâmedes e a 400 quilómetros de Naulila, sem qualquer tipo de comunicações telegráficas. Foi um ataque imprevisto, comandado pelo capitão da cavalaria alemã, Lehmann, com 20 praças de cavalaria com apoio do fogo de metralhadoras, 10 guardas do posto alemão fronteiro de Cuangar de Kuring-Kuro, um grupo da polícia indígena e um numeroso contingente de indígenas da região. Na defesa do Forte de Cuangar foram mortos em combate dois oficiais portugueses - o comandante do Forte, tenente Joaquim Ferreira Durão, e o tenente Henrique José de Sousa Machado - cinco soldados europeus, 13 praças indígenas e dois civis. Impossibilitada de fazer

frente à força alemã, a restante guarnição portuguesa retirou-se do combate e refugiou-se no Posto de Caiudo, a Norte de Cuangar.

Até ao ataque de Cuangar, as relações entre as guarnições dos dois postos eram boas, mesmo apesar de os alemães se mostrassem receosos de um ataque por parte dos portugueses, devido à nossa aliança com a Inglaterra. Essas boas relações entre alemães e portugueses podem explicar a falta de medidas especiais de segurança da parte do Comando do posto de Cuangar, que acabou quase por permitir a surpresa do ataque.

Após a tomada do Posto de Cuangar, saqueado e incendiado, a força alemã criou um destacamento comandado pelo sargento de polícia Ostremann, composto por polícias e praças indígenas que atacaram sucessivamente as fracas guarnições dos postos militares existentes na fronteira para leste ao longo do rio Cubango, os postos de Bunja, Sambio e Dirico.



Doc. 8 – Pormenor da área da fronteira onde houve grandes confrontos com os alemães.

O incidente de Naulila e o ataque ao posto de Cuangar levaram a que houvesse a necessidade de alterar por completo o plano de operações a executar, previstas pelo comandante Roçadas ao entregar em Lisboa um novo projeto ao ministro das Colónias. Foram apresentadas três soluções: 1ª - prosseguir

na execução do plano primitivo da ocupação imediata do Cuanhama; 2ª - limitar a defesa ao planalto; 3ª - ir ao encontro do adversário.

A primeira opção foi considerada absurda visto que as forças portuguesas poderiam ser surpreendidas em luta com os cuanhamas da região, permitindo aos alemães, encontrar o caminho livre e cortar-nos as comunicações, o que conduziria a um grande desastre. A segunda escolha era a mais cómoda, mas não houve consenso em aceitá-la. A terceira era o caminho da honra para os portugueses e, ao mesmo tempo, ia no sentido dos interesses militares e políticos. Deste modo, adotou-se como solução ir de encontro às forças alemãs.

A 31 de outubro, no Quartel-general em Lubango, o tenente-coronel Alves Roçadas organizou uma força militar que acabou por chamar de "Força em Operações no Sul de Angola", com o objetivo de atacar as forças alemãs e recuperar os postos militares perdidos no dia anterior. A estes efetivos destacou uma força de combate de 900 homens, sob o comando do major Salgado, com o objetivo de ocupar o Forte Roçadas, na margem direita do rio Cunene, junto a Humbe.

Durante o mês de novembro de 1914, a tensão militar manteve-se, tendo acontecido algumas trocas de tiros entre as patrulhas portuguesas e as patrulhas alemãs.

O destacamento, que dispunha apenas de uma carta da região e de instruções para a marcha que não puderam ser cumpridas na sua totalidade devido à falta de água, percorreu cerca de trezentos quilómetros e chegou ao Forte Roçadas no dia 17 de novembro.

Entretanto, partem de Lisboa mais 2.803 praças do Exército e 563 marinheiros para reforço da guarnição em Angola, comandados pelo major João Pires Viegas. Este batalhão recém-chegado de Portugal acaba por ficar em Lubango.

No dia 19 de novembro, o capitão-mor de Cuamato informa o major Salgado de que um destacamento alemão tinha entrado no território português e pede reforços para o pequeno posto de Naulila, que se supõe ser o objetivo dos invasores. Assim, na manhã do dia 20 são enviados dois pelotões da 9.ª companhia de infantaria n.º 14 e dez dragões – tropas de cavalaria. No dia seguinte, chegaram novas informações que confirmam a presença dos alemães em Angola, em marcha sobre Naulila ou Donguena.

Nos dias 22 e 23, segue para Naulila e Donguena toda a força disponível dos dragões e um pelotão de infantaria. Em 29 de novembro, em Naulila, a embaixada do Cuambi garantiu a existência de alemães acampados entre o Gangela e o Cuambi com tropas montadas e metralhadoras. O quartel-general instalou-se no Forte de Cuamato. Como todas as informações levavam a acreditar que a parte da linha da fronteira em que se dava mais diretamente a marcha dos alemães era aquela compreendida entre o Cuamato Grande e o Cunene, foi escolhida para a instalação das nossas forças a linha de concentração de Naulila-Donguena.

No dia 4 de dezembro, foram organizados dois destacamentos: «Donguena-Calueque» e «Naulila», sob os comandos do major Salgado e do capitão Mendes dos Reis, respetivamente. No entanto, faltavam ainda viaturas e atrelagens, tendo sido necessário aguardar a chegada de algumas unidades que fariam parte dos destacamentos, acabando por se reunirem no dia 7.

Na manhã de 12 de dezembro, Roçadas faz o reconhecimento do Calueque, auxiliado por um pelotão de dragões portugueses que o vigiavam, estando a proteção do território português da margem esquerda do rio Cunene a ser feita por auxiliares cuamatos (indígenas da província de Cunene). Roçadas regressa a Naulila, e uma patrulha de dragões que se encontrava a passar para margem esquerda do rio, avista às 13:30h os primeiros alemães, uma guarda avançada sob o comando do capitão Von Water. Trocam-se os primeiros tiros. No dia 13, acontece um novo reencontro de patrulhas, tendo um alemão sido feito prisioneiro, o que levou os restantes inimigos a recuar.

Na sequência da troca de tiros entre as forças portuguesas e alemãs, os cuamatos que acompanhavam as patrulhas do Esquadrão de Dragões fugiram. A vigilância tinha ficado exclusivamente a cargo dos dragões. O contingente português manteve a vigilância sobre a coluna alemã, que acampou junto à margem esquerda do rio Cunene, perto de Naulila, enquanto esperava a chegada da coluna principal, comandada pelo major Frank, que acabaria por chegar no dia 17 de dezembro. O acampamento alemão localizava-se na frente dos observatórios da posição do destacamento do major Salgado, que não podia atacar o inimigo, visto que não tinha recebido ordens do comandante Roçadas para o fazer, daí *“com grande alegria dos alemães por os portugueses os deixarem em completo sossego.”* (Dr. Walter Suchiez).

As forças alemãs continuaram acampadas tranquilamente na margem esquerda do Cunene até ao dia 17, quando o major Frank chega com o reforço das forças alemãs, estacionando também junto do rio. No entanto, os militares alemães comandados por Frank deslocaram-se para leste, para o interior do mato, ficando nas margens do Cunene apenas o comando de Von Water.

As informações recolhidas pelos reconhecimentos e obtidas de um dos prisioneiros alemães levaram o Comando português a temer o iminente contacto com as forças inimigas. Durante o dia 17 realizou-se a distribuição das forças portuguesas em operações pela fronteira.

Na previsão do ataque que se previa acontecer em Calueque ou em Naulila, Roçadas tomou a decisão de criar planos para cada uma destas hipóteses, nas quais, além da missão principal que seria desempenhada por cada um dos destacamentos, determinou a cooperação que prestariam um ao outro.

Uma destas ordens, que tinha sido dirigida ao comandante do destacamento do Calueque, decretava que se procedesse ao ataque do destacamento alemão de Von Water, que tinha ficado acampado junto à margem esquerda do Cunene. Esta operação foi pensada a fim de dizimar os

alemães em território português, e assim que esta missão fosse cumprida, aguardar-se-iam ordens para marchar na direção que lhes fosse indicada.

Esta ordem foi decretada pelas 20:00h do dia 17 de dezembro de 1914, no entanto só foi recebida pelo major Salgado às 17:45h do dia 18, ou seja, quase duas horas e meia após o início do Combate de Naulila.

Naulila possuía a forma de um arco pouco regular com uma extensão de cerca de 2.000 m, desde o Cunene, a oeste, até à estrada de Oncócuca (Oncoancua) que se situava a leste.

O tenente-coronel Alves Roçadas esperava que o ataque principal dos alemães viesse na direção das zonas voltadas para o sul e sudoeste, pois as posições ocupadas pelo inimigo, a existência de apenas duas vias de comunicação perto de Naulila- o caminho de Chana e a estrada de Oncócuca – faziam com que Roçadas assim suspeitasse.

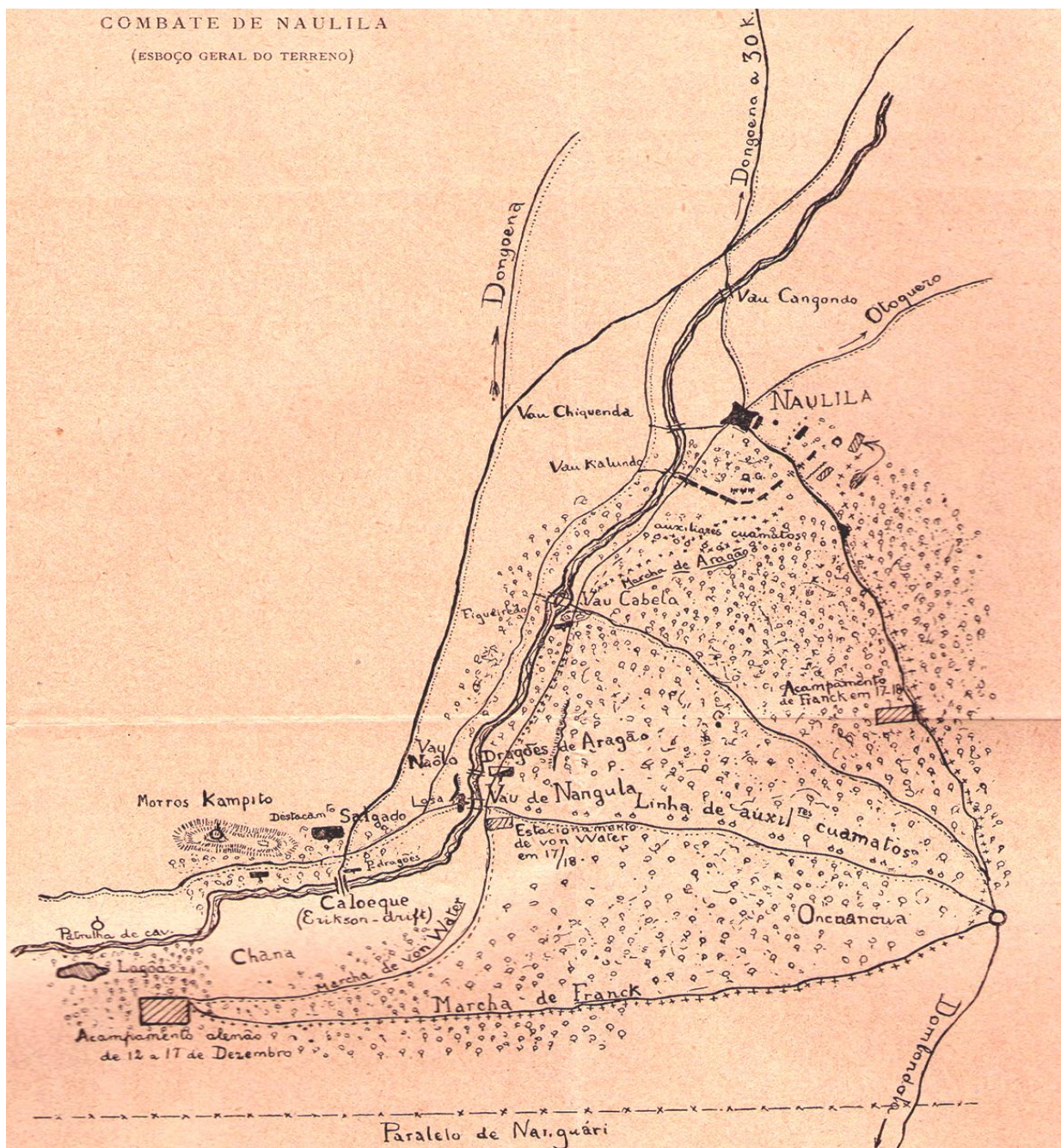
O comando da defesa do Posto de Naulila ficou a cargo do capitão Mendes dos Reis, acompanhado por 400 homens de infantaria europeus, 180 homens da infantaria indígena, 3 peças de artilharia Erhardt, 4 metralhadoras e ainda uma reserva de 240 homens de infantaria europeus, 60 indígenas e 2 peças de artilharia Canet. De qualquer forma, os alemães não permitiriam que as forças portuguesas dispusessem de tempo ou material suficiente para organizar defensivamente o exterior da posição.

Como vimos, na tarde de 17 de dezembro, Frank e o seu contingente deslocavam-se para leste em direção a Naulila atravessando pelo meio do mato, ficando Von Water na margem esquerda do Cunene. Estas disposições e caminhos que os alemães tomavam obedeciam ao seu plano de ataque.

Na noite do dia 17, Frank acampa a cerca de cinco quilómetros da posição do Posto de Naulila. Von Water, junto ao rio Cunene, protege Frank contra um possível ataque vindo do major Salgado.

Na madrugada do dia 18 de dezembro, os alemães comandados por Von Water e Frank realizaram um ataque diretamente a Naulila. As forças alemãs estavam organizadas em duas colunas: a coluna de Von Water, que atacou pela esquerda de Naulila e a coluna comandada pelo major Frank, que atacou pela direita de Naulila. Os atacantes eram compostos por 43 oficiais, 150 praças indígenas, 450 praças europeias de infantaria montada, 6 peças de artilharia e 2 metralhadoras, acompanhados por um posto de TSF e uma ambulância.

O Combate de Naulila, iniciado às 4:30h da manhã, durou perto de 4 horas, tendo as tropas portuguesas acabado por decidir se retirarem. A retirada imediata das forças portuguesas foi iniciada pelas 9:30h da manhã, com bastante ordem e sem incómodos por parte do inimigo, dado que as baixas alemãs contaram com muitos oficiais, incluindo o major Frank, e uma elevada percentagem dos praças europeus e auxiliares, o que impossibilitou a realização de uma perseguição às tropas portuguesas que se retiravam. As forças portuguesas, atravessando o rio Cunene no vau de Chiquenda em direção a Donguena, o posto militar mais próximo. Após reunidas as tropas em retirada dirigiu-se para Humbe, que ficava para Norte. A 19 de dezembro, as forças portuguesas abandonam Humbe depois do paiol (local de uma fortificação que se destina ao armazenamento de explosivos e/ou munições) do Forte Roçadas ter explodido. Enquanto isso, as forças alemãs regressaram ao seu território da Damaralândia.



Doc. 9 – Esquema do Combate de Naulila e deslocções das tropas portuguesas e alemãs.

O combate de Naulila levou a que os portugueses perdessem 3 oficiais, 54 praças europeus e 12 praças indígenas mortos, e, ainda 5 oficiais, 61 praças europeus e 10 praças indígenas feridos. Os alemães sofreram 12 praças mortos, 10 oficiais (entre eles o major Frank) e 20 praças europeus feridos.

Porque ainda não tinha acontecido a declaração de guerra da Alemanha a Portugal e também não tinha sido solicitado o nosso esforço a favor dos Aliados para combater na Europa, o combate de Naulila acabou por não chegar a alterar a situação política entre os Estados português e alemão. De certo modo, pode-se dizer que nesta altura, os portugueses assumiam uma posição neutra no continente e, em função das circunstâncias, uma atitude beligerante em Angola.

No dia 23 de dezembro, após os fracassos em Naulila, Alves Roçadas apresenta o seu pedido de demissão de comandante das forças expedicionárias portuguesas. Dois dias depois, enviou ao Ministério das Colónias, em Lisboa, um relatório-projeto sobre as ações que achava que as forças portuguesas deveriam ocupar nos próximos tempos. O comandante Roçadas tinha comunicado também a necessidade da requisição de pessoal destinado ao quartel-general e aos serviços de engenharia, artilharia, saúde, veterinária, administração militar, transportes e de material de engenharia, tal como pontes, comunicações T.S.F. e aviões; reservas de material de subsistência, transportes, fardamentos, equipamentos sanitários e medicamentos. Algum tempo mais tarde, o Ministro das Colónias responde com um telegrama, no qual assegura ao comandante Alves Roçadas a total confiança do Governo no trabalho que desenvolveu em Angola, assim como também dizia que o Governo iria fazer todos os esforços possíveis para enviar tudo o que fosse necessário para repelir o inimigo e manter a integridade daquela colónia portuguesa.

A 5 de fevereiro de 1915, o Ministro das Colónias comunicou ao comandante Alves Roçadas que concordava ser imprescindível que a sua patente correspondesse ao efetivo das forças expedicionárias e para isso resolveu nomear como comandante da 2ª expedição a Angola o General Pereira de Eça.

No dia 9 de maio de 1915, Roçadas embarcou em Moçâmedes com destino a Lisboa.

À data do seu embarque para a metrópole, parte das requisições de recursos e material que sugeriu estavam completas.

A segunda expedição a Angola

No dia 3 de fevereiro de 1915, parte o segundo corpo expedicionário para Angola, a bordo do vapor *África*, comandado pelo general Pereira de Eça, a fim de fazer frente ao ataque das forças alemãs, vindas do Sudoeste Africano alemão. No entanto, de todas as campanhas coloniais do Exército Português durante a Primeira Guerra Mundial, a segunda expedição a Angola foi, sem dúvida, a menos conhecida,

e que menos interesse despertou na opinião pública nacional e nos próprios militares. Chegam a Luanda a 1 de março de 1915.

Durante a segunda expedição, raramente foi necessário o confronto com os alemães, que sofreram grandes perdas em Naulila (dezembro de 1914) e tinham que se preocupar não só com os portugueses, mas também com os ingleses, que faziam fronteira a sul do Sudoeste africano Alemão.

Dada a ausência de conflitos, os três primeiros meses foram dedicados a trabalhos de preparação e organização, de forma a garantir condições de vida a 12.000 homens, uma parte da população civil e cerca de 3.000 solípedes.

A leviandade na tomada de decisões aquando do incidente de Naulila (19 de outubro de 1914), não deu tempo à concentração de todas as unidades, à organização da extensa linha de etapas e aos transportes de todo o material que operações como aquela exigiam. No entanto, os episódios lamentáveis de 1914 serviram de grande ensinamento para a segunda expedição. Desta forma, foram estabelecidos todos os projetos de operações que seriam realizadas, as requisições de pessoal e material foram formuladas e foram feitos os devidos reconhecimentos, estudos e trabalhos necessários ao desenvolvimento desses projetos.

Ficaram definidos como os principais teatros de operações de fronteira o vale do rio Cunene e vale do rio Cubango. Assim, foi necessário organizar as linhas de comunicação numa extensão de cerca de 1.200 quilómetros para assegurar o seu bom funcionamento, disponibilizando 6.379 homens, 855 solípedes e 512 viaturas. Apesar de tudo, esta não foi uma série de trabalhos a realizar a partir do nada, visto que durante o comando de Roçadas tinham sido criados alguns serviços necessários ao desenvolvimento das operações, claro que todos eles vagarosos e cheios de imprevistos, num continente onde os recursos eram escassos e havia a necessidade de quase tudo ser trazido da Metrópole.

Após a chegada do general Pereira de Eça a Luanda desconfiava-se que o general Louis Botha, que estava encarregue da proteção do território da União Sul-Africana, uma colónia britânica que corresponde sensivelmente à atual África do Sul, estivesse a planear uma invasão ao território da Damaralândia com um corpo de cerca de 50.000 homens, fazendo voltar as atenções dos alemães para a parte sul da sua colónia, daí esta ter sido uma expedição com menos conflitos. No entanto, ter-se-ia que ponderar a possibilidade de uma futura cooperação com as forças do general Botha, pois tinham sido feitas sugestões nesse sentido ao general Pereira de Eça, após o seu desembarque em Luanda.

No dia 21 de março, o general Pimenta de Castro, Presidente do Governo e Ministro da Guerra, convidou o general Pereira de Eça para ocupar não só o cargo de comandante das forças expedicionárias, como também ser o Alto-comissário da República na Província de Angola (isto é, Governador de Angola), substituindo Norton de Matos. Deste modo, estava reunido na mesma pessoa o poder civil e a autoridade militar na totalidade da colónia.

A 24 de maio, um telegrama do Cônsul inglês em Luanda, informava o General sobre a atividade militar de alemães nas imediações da fronteira sul de Angola. Apesar de essas informações não serem alarmantes, constituíam fortes indícios de uma nova incursão em território português.

Em 29 de maio, dá-se o combate de Tchipelongo, em que o 1.º tenente Afonso de Cerqueira, com dois pelotões, um do batalhão de marinha e outro da 15.ª companhia indígena de Moçambique, conseguem vencer. Foram feridos neste combate o 1.º tenente Cerqueira, o tenente Ataíde e dois praças da marinha. Este acontecimento denotava o recomeço de atividade por parte dos nossos inimigos.

Algum tempo mais tarde, no dia 9 de julho de 1915, as forças militares da África Alemã do Sudoeste rendem-se ao general Botha, comandante das forças da União Sul-Africana. Três dias depois, a 12 de julho, o general Pereira de Eça toma conhecimento da rendição das forças alemãs, terminando de vez o conflito com a Alemanha no território de Angola.

Assim desapareceu o principal inimigo dos portugueses em Angola, mas permaneciam os efeitos da danosa política alemã na Damaralândia, dos insucessos sofridos em 1914 e da revolta dos povos da região do Cunene, que desde 1907 estavam submetidos ao domínio português.

Houve a necessidade de adaptar o projeto de operações à nova situação. No primeiro projeto estavam previstas a reconquista e ocupação dos territórios além do Cunene, levadas a efeito pelo comando do general Pereira de Eça, constituído por quatro destacamentos, depois da reocupação do Humbe em 7 de julho, no curto espaço de tempo que ia de 12 de agosto (passagem do Cunene) a 4 de setembro, dia em que o destacamento de Ondjiva atingiu a cidade do mesmo nome.

Em suma, foram estes os objetivos do novo projeto do general Pereira de Eça:

- 1.** Reduzir à obediência as povoações revoltadas do Cunene, reocupando o seu território;
- 2.** Ocupar o Cuanhama, que, sendo do domínio português, nunca estivera de facto sob o seu controlo efetivo e desde longa data que os alemães da Damaralândia realizavam uma intensa campanha contra a nossa soberania;
- 3.** Vingiar a humilhação sofrida em Naulila, atacando sem clemência e passando à ofensiva no momento e na região mais conveniente contra os alemães, caso eles voltassem ao nosso território, prestando assim auxílio aos aliados da África do Sul.

De 15 de agosto a 4 de setembro, o general Pereira de Eça, ocupou o seu tempo a tentar acabar com a revolta das populações da Huila, no Sul de Angola.

No dia 20 de agosto, os rebeldes do Cuanhama, formados por 50.000 a 60.000 homens cuanhamas, cuamatos, evales, cuambis e muitos outros indígenas, atacaram a coluna do general Pereira de Eça, que era constituída por cerca de 3.000 homens portugueses. O combate ficou conhecido pelo "Quadrado de

Môngua". Com a vitória do exército português sobre os indígenas terminou a revolta em Angola. Neste combate morreram dois oficiais e ainda muitos praças do Batalhão.

“De todas as campanhas do Exército Português durante a Grande Guerra, as de Angola, de 1914 e 1915, especialmente esta última, são, como a princípio dissemos, as que menor interesse despertaram no espírito público e nos próprios meios militares.

Ainda hoje há quem persista em afirmar que o ambiente internacional de 1914-1915 não era de iminente ameaça para a integridade da nossa Colónia de Angola!

É o mesmo espírito de frieza com que foram recebidos em Lisboa os soldados portugueses regressados de Angola em 1915 e 1916 a manifestar-se, como se não fossem filhos da mesma Pátria os que se bateram na África Ocidental e fizeram a conquista, a 700 quilómetros da base de desembarque, de mais de 60.000 quilómetros quadrados de território!”

In *Portugal na Grande Guerra*, Vol. 2, Lisboa, Editorial Ática, 1934.

Esposende e a 1ª Grande Guerra

Este capítulo do trabalho irá retratar os episódios, gentes e relatos que fizeram a história do meu concelho, Esposende, relacionar-se com a Primeira Guerra Mundial, com base em adaptações que fiz da minha leitura e pesquisa, alguns excertos do livro “Soldados com Rosto – A 1ª Grande Guerra (1914-18): Seus reflexos em Esposende” de Manuel Albino Penteado Neiva, e num percurso evocativo da Primeira Grande Guerra pelo concelho de Esposende.

A declaração de guerra da Alemanha a Portugal

Como foi referido anteriormente, o primeiro episódio que relaciona o passado do meu concelho com a Primeira Grande Guerra foi o aprisionamento de setenta e dois navios alemães por parte do Estado português e a conseqüente declaração de guerra da Alemanha a Portugal.

No dia 30 de novembro de 1908, Portugal e Alemanha assinaram, na cidade do Porto, um Tratado de Comércio e Navegação que permaneceria em vigor durante os oito anos seguintes. Neste tratado estava explícito que " os navios alemães imobilizados há mais de 18 meses nas águas territoriais portuguesas, deviam ser considerados como abrangidos pelo princípio geral do domínio eminente, estando assim Portugal justificado de exercer sobre eles os mesmos direitos que exerce em casos eventuais, sobre a propriedade de todas as pessoas dentro de sua jurisdição, ou seja, o direito de usar dela sempre que cidades do país assim o exigirem".

No ano de 1916, como nenhum dos países tinha manifestado vontade em denunciar o tratado, este ainda se encontrava em vigor, por isso Portugal aproveitou para confiscar 72 navios alemães que se encontravam no seu território.

A Alemanha acusou Portugal de não estar a cumprir o tratado, acrescentando que esta fora a forma que o governo português encontrou para entrar na guerra contra as Potências Centrais. Este ato por parte dos portugueses apenas serviu para satisfazer os interesses do governo inglês, dado que dos 72 navios aprisionados, 46 foram alugados a uma companhia inglesa, conhecida por Furness Withy & Cª.

Todos os barcos foram rebatizados com nomes portugueses. Dois desses navios, o *Arcadia* e o *Achilles* passaram a chamar-se de *Esposende* e *Cávado*.

Personalidades de Esposende que se destacaram na Grande Guerra

Durante a Primeira Guerra Mundial, partiram do concelho de Esposende cerca de 200 homens nos contingentes que Portugal enviou, no início para África, em Angola e Moçambique, e mais tarde também para a Europa, em França.

1. Sargento Álvaro José Fernandes

Nascido na freguesia de Esposende a 14 de março de 1895, filho de panificadores, integrou o Corpo Expedicionário Português na França, para onde embarcou no dia 22 de abril de 1917, juntamente com outros 93 militares esposendenses. Foi instrutor e monitor do emprego de baioneta e granada, na França. Desapareceu em combate na desastrosa batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918. Na reunião de câmara de 7 de maio de 1928, determinou-se que na casa onde nasceu o Sargento Álvaro Fernandes, na Rua 1º de Dezembro, seria colocada uma lápide de mármore dizendo o seguinte: “Aqui nasceu em 14 de março 1895 o Sargento Álvaro Fernandes, morto gloriosamente na batalha de La Lys no dia 9 de abril de 1918”.



Doc.10 – Pormenor da Rua 1º Dezembro, em Esposende.

Doc.11 – Sargento Álvaro Fernandes.

2. Capitão José Gonçalves Losa

Nasceu na freguesia de Marinhas, concelho de Esposende, a 23 de outubro de 1876. Alistou-se para o exército no Regimento de Infantaria 3, em 1896, fez uma comissão militar em Angola e foi professor do curso de Instrução Elementar. Casou-se em 1906 e teve três filhos.

Partiu para Moçambique a 1 de outubro de 1913. No ano de 1914 foi destacado para Angola, onde participou no combate de Naulila, no combate de Tchipelongo, na reocupação do Humbe e no combate

de Môngua. Retorna a Portugal em 13 de janeiro de 1918. Foi várias vezes condecorado e recebeu bastantes medalhas, fruto da sua excelente prestação nas colónias africanas.



Doc. 12 – Capitão José Gonçalves Losa.



Doc. 13 – Condecorações recebidas.

3. Capitão Francisco Gonçalves Calheiros

Nascido a 13 de fevereiro de 1875, nas Marinhas, concelho de Esposende, alistou-se voluntariamente no exército em 1892. Frequentou a Escola Regimental de Infantaria e a Escola Central de Sargentos, acabando por ser promovido a primeiro-sargento em 1899. Em 1911, integrou os movimentos militares que combateram as forças de restauração da monarquia, e um ano mais tarde promovido a Tenente.

Fez parte do Corpo Expedicionário Português na França, quando partiu em 22 de abril de 1917, sendo-lhe mais tarde entregue o comando da 4ª Brigada de Infantaria – Brigada do Minho - durante cerca de dois meses, até deixar o cargo por motivos de saúde. Participou na batalha de La Lys como Porta-bandeira da Brigada do Minho, de onde acabou por sair muito debilitado devido aos gaseamentos sucessivos em combate. Regressou a Portugal em 16 de julho de 1918, e no dia 20 do mesmo mês foi promovido a Capitão. Devido à sua coragem e comportamento exemplar no Teatro de Guerra Europeu, foi várias vezes condecorado -Medalha Vitória, Cruz de Guerra, algumas medalhas militares e distintivos especiais.

O Capitão Francisco Calheiros foi casado e teve uma filha. Faleceu em 29 de agosto de 1956, na freguesia de Cepães.



Doc. 14 – Capitão Francisco Calheiros.



Doc. 15 – Condecorações recebidas.

4. Barros e Barros Lima, uma família na 1ª Grande Guerra

Desta família, foram seis homens combater: Augusto, Carlos, Manuel, Ramiro, Lauro e Henrique. Esta “proeza” foi relatada no antigo jornal *O Espozendense*:

“Poucas famílias em Portugal deram, como esta, tão numeroso contingente para o exército. Quase todos os seus membros foram chamados para as fileiras. E, uns para França, outros para África - todos eles sentiram o cheiro acre da metralha, ouviram o estrondear do canhão, escutaram os gritos lancinantes que morriam no campo da honra”

In *O Espozendense*, 26 de janeiro de 1919

Augusto Pereira de Barros embarcou em março de 1917 juntamente com o Corpo Expedicionário Português para a França, deixando para trás a sua mulher e dois filhos.

A saudade era muita, por isso, aproveitando o seu estatuto de Capitão, Augusto escrevia diariamente à sua família. No espaço de um ano, apenas a sua filha Mariazinha recebeu 340 postais ilustrados. Escreveu com a mesma frequência para sua esposa e para o seu outro filho.

O Tenente Carlos Barros integrou como Alferes a segunda expedição a Moçambique (1915). No final da expedição, foi promovido a tenente. Em agosto 1917 parte para a Flandres juntamente com o Corpo Expedicionário Português.

Manuel Barros Lima, na altura com 22 anos, estudava Engenharia Eletricista na Bélgica, e, com o conflito nesse país regressou a Esposende. Como Alferes Miliciano da Engenharia da Secção de Telegrafia-Sem-Fios participou numa expedição a Moçambique, em 1917.

O Tenente Médico Miliciano Ramiro de Barros Lima fez parte do 3º Grupo de Companhias de Saúde e integrou uma expedição a Moçambique de 1917 a 1919 enquanto Capitão-Médico.

Também o Alferes Lauro de Barros Lima embarcou para a Flandres no dia 20 de abril de 1917, e os dois participaram na batalha de La Lys. Ao regressar a Portugal, Lauro de Barros Lima foi promovido a Tenente, em 1936 a Capitão, mais tarde a Major, e, em 1949 a Tenente-coronel. Paralelamente, Lauro foi Comandante do Quartel da Póvoa de Varzim, Presidente da Câmara Municipal de Esposende, de 1927 a 1933, e da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, de 1961 a 1966.

O Alferes-Médico Henrique de Barros Lima fez parte de uma expedição para Moçambique em 1917. Trabalhou no Hospital Militar Provisório de Palma onde acabou por ocupar o cargo de diretor e foi



AUGUSTO



CARLOS



LAURO



MANUEL



RAMIRO



HENRIQUE

Doc. 16 – Combatentes da família Barros/Barros Lima.

5. Capelão Militar José Manuel de Sousa.

Nascido em Palme, Barcelos, apesar de não ser natural do nosso concelho, os feitos do Cónego José Manuel de Sousa merecem ser reconhecidos.

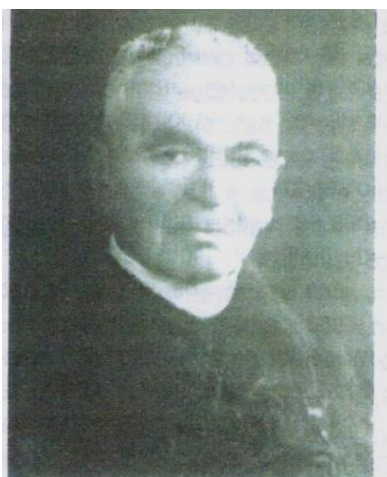
Embora este abade da freguesia de Gemeses não tenha combatido, voluntariou-se, na altura com 57 anos de idade, como Capelão Militar. Partiu para a França a 2 de maio de 1917, e, na frente de batalha acompanhou os feridos e enterrou os mortos com a bandeira portuguesa debaixo de bombardeamento impedindo que os confundissem com ingleses. Após a guerra ficou a identificar soldados portugueses e a transladá-los para Portugal.

A sua missão na França recebeu elogios dos principais órgãos de comunicação nacionais, como é o caso do Diário de Notícias:

“Em 12 de abril, o Capelão da referida ambulância rezou na Igreja da aldeia onde se achava então estabelecido, uma missa por alma dos oficiais e soldados mortos na grande ofensiva alemã... Esse Capelão é o Cónego José Manuel de Sousa, Abade de Gemeses, concelho de Esposende, de quase 60 anos de idade, praticou atos de puro valor, acompanhando os feridos até à última, enterrando os mortos debaixo de bombardeamento, e depois de já à retaguarda, para onde fora enviado, pedia licença para voltar à frente e continuar a sua nobre missão! Pela sua coragem admirável, pela sua bondade sem limites e pelo seu grande valor merece esse bom padre um justo elogio que uma distinção lhe orle o peito.”

In Diário de Notícias, 9 de maio de 1918

A 24 de julho de 1919, foi nomeado para a Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra, sediada no Norte de França e com o objetivo de identificar os soldados portugueses mortos espalhados por



cemitérios e valas comuns, ajudando José Manuel de Sousa na transladação de centenas de homens portugueses.

Pelos atos louváveis que o Capelão José Manuel de Sousa desempenhou, foi condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo e com a Cruz de Guerra de 2ª Classe.

Doc. 17 – Capelão José Manuel de Sousa.

Prisioneiros de Guerra

Cerca de 40 homens do concelho foram feitos prisioneiros de guerra. Eram levados para campos de concentração onde eram postos a trabalhar arduamente a troco de uma ração de comida. Quando a Guerra terminou, devido às dificuldades financeiras de Portugal, só com a ajuda de Inglaterra regressaram a Portugal.

Prisioneiros de Guerra do concelho de Esposende		
Antas – 2	Apúlia - 4	Curvos - 2
Esposende – 1	Fão - 2	Fonte Boa - 3
Forjães – 4	Gandra - 2	Gemeses - 2
Mar – 1	Marinhas - 8	Palmeira - 4
Rio Tinto - 1		

Doc. 18 – Prisioneiros de Guerra por freguesia do concelho de Esposende.

Poesia em tempo de Guerra

António Corrêa de Oliveira nasceu em São Pedro do Sul, em 1878, trabalhou como jornalista em Lisboa, e, quando se casou, acabou por se mudar para a conhecida Casa de Belinho, em Esposende. Publicou dezenas de obras e possui o recorde nacional de mais nomeações para o Prémio Nobel da Literatura, num total de quinze.

Não existe ninguém melhor que o afamado poeta dos séculos XIX e XX, António Corrêa de Oliveira, para retratar o concelho de Esposende na 1ª Grande Guerra, visto que viveu em Esposende cerca de 50 anos, na freguesia de Belinho, e publicou o livro “Soldado que vais à Guerra – Novas Redondilhas de António Corrêa de Oliveira” e diversos poemas nos jornais “O Cávado” e “O Esposendense” da época.

“Soldado que vais à Guerra”, de António Corrêa de Oliveira

Pelos caminhos às covas,	«Perdoe-me este desgosto...
Sob a chuva em maré cheia,	Olhe, ti ‘Ana, ele é isto:
Ou o sol que tudo incendeia	Valente como foi visto,
- Lá vem o José das Novas	Seu filho subiu de posto,
Que traz as cartas d’aldeia	Foi servir a Jesus Cristo!
Perguntei-lhe um dia a idade	Era o maior da batalha
(Barbas de neve tão fartas!)	Lá ficou no seu coval:
- Sou do tempo em que a saudade	Todo o peito, uma medalha;
Inventou, por caridade,	E, por sagrada mortalha,
A moda de escrever cartas.	Bandeiras de Portugal.
- «Não sei ler, pelas alminhas	Amigos, (isto consola!)
Veja o que diz o rapaz,	Cantai, que vai de folgado...
Senhor Deus! Que novas traz?	Vou dizer-vos um segredo:
As boas são andorinhas...	- A morte, ao som da viola,
Não chegam em horas más...»	Parece que nos tem medo!»

In *O Cávado*, nº 58 – 18 de agosto de 1918

“Esposende contribuiu com perto de 200 homens no esforço de guerra que Portugal teve que enviar para África (Angola e moçambique) e Europa (França) no conflito mundial que deflagrou entre 1914 e 1918.

A alguns deles custo-lhes a própria vida e a muitos outros ficaram-lhes as maleitas de uma vivência dura, inumana passada no lodaçal das planícies escavacadas da Flandres. Outros minguraram à sede em terras africanas, lutando por ideais pátrios, tantas vezes arredados da memória coletiva.

Daqui partiram sem saber se regressariam. Aqui deixaram famílias e amigos. Por aqui se derramar lágrimas corriam em rostos em esperança. Em muitas terras deste concelho se receberam novas, nem sempre boas dos campos de batalha.

O nome Esposende fica ligado de forma indelével ao contexto histórico da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, à defesa marítima da costa portuguesa contra os submarinos alemães, uma das famílias esposendenses, caso único em Portugal, teve seis dos seus membros mobilizados para a guerra, de terras esposendenses partiu um dos responsáveis por dar sepulturas e milhares de soldados portugueses que tombaram na Flandres e que, dessa forma, tiveram sepultura condigna, em Esposende nasceram soldados que desapareceram em combates sem que jamais se identificassem os seus corpos, muitos esposendenses sentiram a vida dura dos campos de concentração alemães e o desespero por ninguém os querer resgatar. Em Esposende se escreveram e cantaram os mais bonitos poemas que homenagearam os nossos heróis da Primeira Grande Guerra.”

In Percorso Evocativo da I Grande Guerra, por Manuel Albino Penteado Neiva

O Fim da Guerra

A derrota dos Impérios Centrais

No dia 6 de abril de 1917, após o afundamento de alguns navios que transportavam passageiros norte-americanos, como é o caso do navio *Lusitânia*, torpedeado por um submarino alemão em 1915, no qual morreram 1195 pessoas, entre as quais 123 norte-americanos, o que levou a grandes protestos nos Estados Unidos contra a Alemanha, os EUA declaram guerra à Alemanha.

A entrada dos Estados Unidos no conflito foi uma vantagem para os aliados, que já cansados de combater, receberam o apoio de milhares de homens bem equipados. Após três longos anos da fase da guerra das trincheiras (setembro de 1914 a fevereiro de 1918), regressou-se à guerra de movimentos, caracterizada por ataques rápidos e avanços consideráveis dos Aliados.

Após a vergonhosa derrota dos Alemães na Segunda Batalha do Marne (de julho a agosto de 1918), estes viram-se obrigados a retirar-se do território francês.

Paralelamente, na região dos Balcãs as potências centrais sofreram derrotas: a Bulgária e a Turquia foram derrotadas, permitindo aos Aliados a libertação da Grécia, e a consequente rendição destes aliados da Alemanha. Enquanto isso, pressionado pelos italianos, o Império Austro-Húngaro rendeu-se, deixando Alemanha sozinha na luta contra os Aliados.

A situação económica da Alemanha estava a agravar-se, entre outros motivos, pelo bloqueio económico a que foi sujeita pelos países aliados, criando situações de grande pobreza na sua população. Isto levou a que no Império Alemão se multiplicassem as contestações à guerra e ao governo imperialista. Face a esta situação, o kaiser Guilherme II abdicou do governo da Alemanha, dando lugar à República. Este novo governo assina o armistício em 11 de novembro de 1918.

Tinha terminado a primeira grande guerra, com a vitória dos aliados. Apesar disto, a Europa ficou destruída e vulnerável aos oponentes da democracia. Brevemente, o Mundo veria o terror e a morte aparecerem novamente.

O novo mapa político na Europa

Com o final da guerra tentou-se procurar soluções para o futuro. Era necessário estabelecer a paz e evitar novos conflitos, assim como responsabilizar os países que provocaram a primeira guerra mundial.

Em janeiro de 1919 iniciou-se a Conferência de Paz, onde estiveram presentes os países Aliados, comandados pelos Estados-Unidos, Inglaterra, França e Itália. Na conferência foram definidas as futuras necessidades da Europa, como a extinção dos impérios (Alemão, Austro-Húngaro e Turco) o

aparecimento de novos estados (Finlândia, Estónia, Letónia, Jugoslávia, entre outros) e novas delimitações das fronteiras de alguns países (a França, que recuperou o território da Alsácia - Lorena).

A Alemanha foi obrigada pelos Aliados a assinar um tratado de paz muito penalizador, o Tratado de Versalhes, no qual se comprometeu a:

1. Entregar todas as suas colónias aos países vencedores;
2. Pagar indemnizações aos países prejudicados;
3. Reduzir o seu exército;
4. Desmilitarizar as suas fronteiras com outros países europeus.

Entretanto, o presidente Wilson dos EUA foi responsável pela criação da Sociedade das Nações (SDN), sensivelmente com os mesmos objetivos da atual ONU, como defender os direitos dos povos à independência, promover o desarmamento e a cooperação económica, social e cultural entre todos os países do mundo.

Os efeitos da Guerra

Para além das mudanças no mapa político europeu, no domínio demográfico as consequências foram extremamente lamentáveis: cerca de 8,5 milhões de mortes e 20 milhões de inválidos. Como consequência da grande mortalidade de parte da população jovem masculina, houve uma diminuição da natalidade e a perda de um décimo de população ativa. As condições de vida agravaram-se, a moeda desvalorizou, houve uma grande inflação, aumentaram as greves e a contestação aos governos. Com as grandes dificuldades económicas e sociais que se faziam sentir na Europa, houve um aumento da emigração.

Estes fatores contribuíram para o enfraquecimento dos países europeus no domínio político, sendo possível dizer que a Primeira Guerra Mundial levou ao fim da supremacia europeia. A Europa passou a estar dependente dos Estados Unidos, os governos gastaram o dinheiro que possuíam na obtenção de armamento e precisaram de pedir empréstimos aos EUA para se reconstruírem.

Por outro lado, a falta de mão-de-obra masculina levou ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres começaram a assumir uma nova posição social durante a guerra e da qual não queriam abdicar, fortalecendo os movimentos que reivindicavam os direitos das mulheres.

Conclusão

A história da participação do continente africano na Primeira Grande Guerra é ainda hoje pouco conhecida, apesar de este conflito ter marcado um continente outrora pacífico e menosprezado pelo resto do mundo.

A ganância das potências coloniais europeias levou a que dezenas de milhões de vidas de africanos e europeus fossem perdidas na defesa dos interesses de Estados estrangeiros e das vidas de completos estranhos. O recrutamento forçado de trabalhadores africanos para substituir a força de trabalho dos europeus e para combater uma guerra que não era deles, as batalhas entre colónias opondo africanos uns contra os outros no seu próprio território, reformulando as fronteiras da África e estabelecendo o seu domínio sobre novos governantes, tudo isto faz-nos refletir e questionar a utilidade deste género de conflitos, o quanto evoluímos nestes últimos cem anos, e o caminho que ainda temos para percorrer no que toca ao respeito pelos direitos humanos e pela autodeterminação dos povos.

A elaboração deste trabalho de pesquisa foi uma atividade bastante enriquecedora, que me permitiu conhecer melhor o passado de Esposende, de Portugal e do mundo, ao mesmo tempo que me fez compreender a situação atual da Humanidade, sendo até possível dizer que me ajudou a redefinir a minha identidade. Para além disso, pude recordar os conhecimentos adquiridos sobre o tema na disciplina de História, aprofundando-os de uma forma criativa, ímpar e pessoal.

Por fim, queria deixar um agradecimento à professora Celeste Vieira e ao pessoal da Escola Secundária Henrique Medina, por me terem ensinado e feito evoluir ao longo do meu percurso, por sempre acreditarem em mim e me terem apoiado na realização deste projeto, à Direção Geral da Educação e todos aqueles que tornaram possível a existência deste concurso, por me fazerem acreditar que, apesar de todas as dificuldades, somos nós os responsáveis por fazer acontecer o que julgámos ser impossível.

Esposende, 10 de abril de 2016

Rui Miranda, 10ºB, ESHM

“Se fracassar, ao menos que fracasse alcançando grandes feitos, de modo que a minha postura não seja nunca a das almas frias e tímidas que não conhecem nem a vitória, nem a derrota.”

Theodore Roosevelt, presidente norte-americano durante a I Guerra Mundial

Bibliografia

Este trabalho foi realizado de acordo com a leitura analítica e a adaptação das seguintes obras e locais da Internet:

- a) CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François, “História da Europa”, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.
- b) MARTINS, Luís, “Portugal na Grande Guerra”, Editorial Ática, Lisboa, 1934.
- c) NEIVA, Manuel, “Soldados com Rosto – A 1ª Grande Guerra (1914-18): Seus Reflexos em Esposende”, Editor - Manuel Albino Penteado Neiva, Vila Chã, 2014.
- d) NETO, Helena; NETO, Jorge; CRUZ, Teolinda; SILVA, Teresa, “Viver a História 9”, Santillana, 2008.
- e) “O Portal da História”, disponível em <URL: www.arqnet.pt/>, acedido em 10 de abril de 2016
- f) “Momentos de História”, disponível em <URL: www.momentosdehistoria.com/>, acedido em 10 de abril de 2016.